

Cadernos do CEHC

Série História Número 1



GESTÃO MUNICIPAL E O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE (1894-1960)

Belo Horizonte
Fundação João Pinheiro
Março de 2007

Realização:



Apoio:



Governador
Aécio Neves da Cunha

Secretária de Estado de Planejamento e Gestão
Renata Maria Paes de Vilhena

Fundação João Pinheiro
Presidente
Amilcar Vianna Martins Filho

Centro de Estudos Históricos e Culturais
Diretor
Leonardo Alves Lamounier

Fundação João Pinheiro
Alameda das Acácias 70
São Luis/Pampulha
31275-150 **Belo Horizonte** MG

Telefone: (31) 3448-9723 - 3448-9431
Fax: (31) 3448-9696
Homepage: <http://www.fjp.mg.gov.br>
Email: cehc@fjp.mg.gov.br
geral@fjp.mg.gov.br

ROBERTO CHAFIK ABU KAMEL

**GESTÃO MUNICIPAL E O PROCESSO DE
ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE
DE BELO HORIZONTE (1894-1960)**

Financiamento:

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig)

Apoio Institucional:

Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH)

Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB)

Arquivo Público Mineiro (APM)

Belo Horizonte
Fundação João Pinheiro
Março de 2007

Cadernos do Cehc

Série História

Número 1

COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO

Roberto Chafik Abu Kamel

PRODUÇÃO EXECUTIVA

Ronara Vieira de Paula

PROJETO GRÁFICO, DIAGRAMAÇÃO E REVISÃO

Heitor Vasconcelos

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Luzia Oliva Barros

FORMATAÇÃO:

Graciela Teixeira Gonzalez

Luzimira de Abreu

Kamel, Roberto Chafik Abu

Gestão municipal e o processo de organização do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte (1894-1960). – Belo Horizonte, 2007.

80p. : il (Cadernos do Cehc. Série História, n.1)

1. Administração municipal – Belo Horizonte. 2. Estrutura urbana – Belo Horizonte. 3. Planejamento Urbano – Belo Horizonte. 4. Política urbana – Belo Horizonte. 5. Reforma administrativa – Belo Horizonte. 6. História – Belo Horizonte. I. Título. II. Série.

CDU 352 (815.11) “1894/1960”

APRESENTAÇÃO

Este texto é fruto da pesquisa desenvolvida pelo Centro de Estudos Históricos e Culturais (Cehc), da Fundação João Pinheiro, que contou com o importante apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e a cooperação técnica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), do Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) e do Arquivo Público Mineiro (APM), que permitiram total acesso aos seus acervos documentais, imprescindíveis para a elaboração deste texto.

Ele tem por objetivo estabelecer as relações entre o processo de gestão da prefeitura de Belo Horizonte e o processo de organização do espaço urbano da capital no período entre 1894 e 1960. Também visa a elucidar as principais ações e medidas administrativas da administração municipal, o tipo de planejamento urbano adotado e os planos, programas e projetos mais relevantes implementados, que contribuíram para a formação do espaço urbano belorizontino.

Por isso, a organização deste trabalho foi feita tendo como referencial as reformas administrativas empreendidas pela prefeitura de Belo Horizonte, os instrumentos e processos de gestão e de planejamento da municipalidade, enfim, o processo de formação da estrutura urbana da capital.

Este documento abre a **Série História dos Cadernos do Cehc**, e constitui importante referência para consulta de historiadores, urbanistas, pesquisadores e demais interessados em temas relativos às políticas públicas, à gestão municipal, à estrutura urbana, ao planejamento urbano e sobre a história de nossa capital.

Leonardo Alves Lamounier

Diretor do Centro de Estudos Históricos e Culturais (Cehc)

Fundação João Pinheiro

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	7
2 EM BUSCA DO PLANEJAMENTO NO PROCESSO DE DESENVONVIMENTO URBANO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE (1894-1934)	12
2.1 Período de construção da nova capital mineira (1894-1897)	13
2.2 O papel do Estado na prestação dos serviços públicos municipais	17
2.3 As reformas administrativas da prefeitura municipal da capital mineira (1898-1934)	23
2.4 Contradições na formação da estrutura urbana	28
2.5 A segunda tentativa de realização de um planejamento mais sistemático para a capital mineira	34
3 GESTÃO MUNICIPAL E O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE (1935-1960)	37
3.1 As reformas administrativas da prefeitura municipal em resposta ao processo de desenvolvimento urbano de Belo Horizonte	48
3.2 Instrumentos e processos da gestão municipal e do planejamento urbano	56
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
5 REFERÊNCIAS	71

GESTÃO MUNICIPAL E O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE (1894-1960)¹

Roberto Chafik Abu Kamel*

1 INTRODUÇÃO

Na elaboração dos elementos da estrutura urbana, Castells (1983a, p. 158-160) afirma:

Não existe teoria específica do espaço, mas simplesmente desdobramento e especificação da teoria da estrutura social, para prestar conta das características de uma forma social particular, o espaço, e de sua articulação a outras formas e processos dados historicamente [...].

Afirma também:

Analisar o espaço enquanto expressão da estrutura social resulta, conseqüentemente, em estudar sua modelagem pelos elementos do sistema econômico, do sistema político e do sistema ideológico, bem como pelas combinações e práticas sociais que decorrem dele [...].

Ao analisar o espaço institucional, Castells (1983a, p. 257-258, 286) não se remete à base espacial do aparelho do Estado (por exemplo, a implantação das diferentes administrações). Remete-se aos processos sociais que, partindo do aparelho político-jurídico, estruturam o espaço. A distribuição espacial dos aparelhos traduz apenas uma expressão concreta, dentre outras,

¹ Esse trabalho é fruto de uma pesquisa desenvolvida pelo Centro de Estudos Históricos e Culturais (Cehc), com o apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), intitulada Gestão Municipal e o Processo de Organização do Espaço Urbano da Cidade de Belo Horizonte (1894-1960), conforme termo de outorga e aceitação de auxílio à pesquisa celebrado entre a Fundação João Pinheiro (FJP) e a Fapemig em 26 de abril de 2005. Antes, essa pesquisa foi elaborada, em primeira versão, no (Cehc) por meio de contrato estabelecido, em setembro de 2001, entre a FJP e a Fapemig, relativo ao projeto Um Olhar para o Século XX: Arquitetura Civil na Área Urbana da Cidade Planejada por Aarão Reis, Preservação dos Testemunhos e Criação de Banco de Dados Georreferenciados. O autor agradece as contribuições e os comentários dos colegas Carlos Roberto Noronha, arquiteto urbanista; Sylvana de Castro Pessoa Santana, socióloga; Leonardo Barci Castriota, arquiteto urbanista; Maria do Carmo Andrade Gomes, historiadora; Jussara França, socióloga historiadora; Maria Valeska Duarte Drummond, arquiteta urbanista. Eles foram fundamentais para a elaboração deste texto.

* Doutor em urbanismo pelo Instituto de Urbanismo de Paris, da Universidade de Paris XII – Créteil e pesquisador do Centro de Estudos Históricos e Culturais (Cehc) da Fundação João Pinheiro (FJP).

desses processos, que se articulam necessariamente às outras instâncias para, por meio das relações sociais e políticas, produzir o espaço concreto. De outra parte, reitera esse autor que discutir a questão da especificidade de um espaço, em particular a do “espaço-urbano”, exige compreender as relações entre os elementos da estrutura social em uma unidade definida numa das instâncias da estrutura social. A delimitação de “urbano”, portanto, conota uma unidade definida nas instâncias ideológica, político-jurídica e econômica.

O estudo de Castells (1983b, p. 459, 463) ainda nos informa sobre o fato de que

[...] o espaço como produto social, é sempre especificado por uma relação definida entre as diferentes instâncias de uma estrutura social [...]. O espaço portanto é sempre uma conjuntura histórica e uma forma social que recebe seu sentido dos processos sociais que se exprimem através dele. O espaço é suscetível de produzir, em troca, efeitos específicos sobre os outros domínios da conjuntura social, devido à forma particular de articulação das instâncias estruturais que ele constitui [...]. É preciso especificar as instâncias estruturais com relação à unidade urbana ou ao espaço objeto de análise. Em seguida, mostrar sua articulação interna com as diferentes instâncias no conjunto da estrutura social, o que supõe que se enfrente a questão teórica da passagem de um raciocínio ao nível do modo de produção, a uma análise das formações sociais.

O estudo sobre a estrutura urbana da região metropolitana de Belo Horizonte, realizado em 1986 pela Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Plambel), elucida dois fatos: primeiro, o conhecimento do espaço inclui, necessariamente, o conhecimento da sociedade em cuja formação os processos espaciais se inscrevem. Segundo, esse espaço é condição essencial para o seu assentamento e a realização de suas atividades, relações e seus processos sociais. Tal fato mostra uma estreita simbiose entre espaço e sociedade. Assim, para entender o espaço urbano, surgem duas instâncias pelas quais se percebem a ordem social e a vida das pessoas: primeira, uma ordem mais global ligada a processos sociais, políticos e econômicos que estruturam toda a sociedade (nível de exercício do poder, das estratégias de classes, das instituições). Segunda, a mais próxima de cada indivíduo, referente às suas relações mais imediatas à sua vida cotidiana (PLAMBEL, 1986, v. 2, p. 10-11).

A articulação entre essas duas ordens – processos sociais gerais e cotidiano – se

faz com a mediação do espaço urbano. De fato, os processos sociais e a relação entre os homens têm uma expressão espacial. Mas o espaço urbano não é apenas o resultado ou a expressão das relações econômicas ou da ação do Estado. O espaço urbano, cuja formação é presidida por esses processos gerais, é, na verdade traduzido pela vida cotidiana que nele se realiza (PLAMBEL, 1986, v. 2, p. 11).

Na abordagem escolhida pelo estudo da Plambel (1986, v.2, p.15), procurou-se conjugar dois caminhos: o espaço expressando as determinações gerais da organização social e, ao mesmo tempo, sendo configurado pelo cotidiano, pelos modos próprios de produção e pela apropriação da cidade concreta. Dito de outra forma, o espaço visto como história, acúmulo de intervenções e transformações, sendo produzido a toda hora.

Ademais, Dantas (1978) analisou os mecanismos que determinaram a organização do espaço intra-urbano da cidade de Belo Horizonte até 1978. Seu trabalho de pesquisa elucida sobre as relações entre as forças físicas e forças sociais, o papel dos agentes econômicos do quadro urbano construído, as formações funcionais do espaço intra-urbano, enfim, os mecanismos que determinaram o crescimento urbano. Segundo ele, o planejamento espacial é uma das atribuições do poder público, que aí intervém sempre como diretamente responsável pelo processo de organização do espaço urbano. O poder público age, portanto, de um lado, como “força espontânea” e, de outro, como “força voluntarista”, na busca do planejamento espacial de Belo Horizonte.

Este trabalho retoma o processo de organização do espaço urbano de Belo Horizonte e suas relações com o processo das gestões municipais da prefeitura da cidade, no período entre 1894 e 1960. O que se verificou ao longo desse processo foi uma acirrada busca de soluções da ação administrativa e de instrumentos do planejamento urbano para atender as demandas sociais, que cresciam descontroladamente, em razão da vertiginosa expansão urbana e do crescimento populacional galopante da capital mineira. Para isso foram elaborados e implementados uma pluralidade de planos, programas e projetos – em vista do bem-estar da população e do progresso da capital – que tiveram impactos no processo de organização do espaço urbano de Belo Horizonte.

O objetivo deste trabalho é estabelecer as relações entre o processo de gestão municipal e o de organização do espaço urbano no período entre 1894 e 1960, apresentando

como foco principal a zona urbana compreendida no perímetro da avenida do Contorno. Trata-se de um estudo que visa a definir a natureza e o conteúdo da articulação dessas duas instâncias, elucidando algumas ações e medidas administrativas, o tipo de planejamento urbano adotado e os principais planos, programas e projetos que tiveram impactos no processo de formação dessa zona urbana.

No plano metodológico, buscou-se avaliar o conteúdo e a natureza das ações administrativas em quase todos os mandatos dos prefeitos e sua coerência com o tipo de prática de planejamento urbano adotada. Foi igualmente analisado o papel dos principais atores envolvidos nos processos, na tentativa de articular a lógica de sua intervenção com a lógica de organização do espaço urbano, especificamente a zona urbana delimitada pela avenida do Contorno. O conteúdo, a natureza e as medidas das principais reformas administrativas dos serviços internos da prefeitura municipal de Belo Horizonte foram analisados para avaliar o desempenho institucional da prefeitura e sua prática de planejamento, coordenação e controle. Por meio dessas reformas, buscava-se responder melhor às crescentes demandas dos serviços públicos municipais. A análise dos instrumentos, das medidas e dos processos do planejamento urbano elucidou o conteúdo e as prioridades dos principais planos, programas e projetos, concebidos alguns, implementados outros, na cidade.

O documento foi dividido em dois períodos: o primeiro, de 1894 até 1934, visa a elucidar os fatores e mecanismos que levaram à segunda tentativa de realização de um planejamento mais sistemático para a capital mineira, corporificado no Plano de Urbanismo de 1934, proposto por Lincoln Continentino. O segundo período, de 1935 a 1960, mostra os aspectos relativos ao papel do Estado, ao processo da gestão municipal, às reformas administrativas da prefeitura e ao processo de formação da estrutura urbana. Eles culminaram, em 1961, com a contratação pela prefeitura da empresa Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (Sagmacs) para a elaboração do Plano Diretor de Belo Horizonte.

Esse texto foi organizado com base nas informações das pesquisas sobre Belo Horizonte realizadas em outros projetos do Centro de Estudos Históricos e Culturais (Cehc). Elas relacionam-se especialmente aos estudos sobre a evolução dos serviços de saneamento urbano, dos transportes coletivos e das políticas públicas. Foram igualmente analisados os trabalhos de

três instituições: a primeira, a Superintendência de Desenvolvimento da Região Metropolitana de Belo Horizonte (Plambel), com trabalhos referentes aos processos de desenvolvimento, de formação do espaço urbano e da estrutura urbana dessa região. A segunda, o Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), com relatórios de atividades dos prefeitos e dirigentes municipais enviados ao Conselho Deliberativo ou Câmara Municipal e os anais de trabalhos desenvolvidos pelo Legislativo municipal. A terceira, o Arquivo Público Mineiro (APM), com as mensagens enviadas pelos presidentes ou governadores ao Congresso Mineiro e/ou Assembléia Legislativa do Estado.

A pesquisa básica, que originou este trabalho, situou as três grandes tentativas de se realizar um planejamento mais sistemático da cidade com o desafio de responder ao crescimento vertiginoso da capital: o Plano da Comissão Construtora, coordenado por Aarão Reis em 1895; o Plano de Urbanização de Belo Horizonte, de Lincoln Continentino em 1934 e o Plano Diretor preparado pela Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (Sagmacs) em 1961. Representam momentos distintos da trajetória da relação dialética entre a produção do espaço urbano e os processos de gestão municipal e de planejamento em Belo Horizonte

A pesquisa iconográfica feita para a pesquisa básica permitiu documentar imagens, lugares e obras públicas dos serviços urbanos, dando visibilidade a momentos remotos da formação da cidade de Belo Horizonte e ao próprio processo de organização de seus espaços urbanos. As imagens digitais foram obtidas no Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB) e no Arquivo Público Mineiro (APM).

Para a realização deste trabalho, contamos com a colaboração das seguintes instituições: Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte (APCBH), Arquivo Público Mineiro (APM), Museu Histórico Abílio Barreto (MHAB), Centro de Estudos Históricos e Culturais (Cehc) e biblioteca Maria Helena Andrade, da Fundação João Pinheiro (FJP).

2 EM BUSCA DO PLANEJAMENTO NO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE (1894-1934)

Terminava o século XIX.

[...] Belo Horizonte era o sucesso de um projeto político que demarcava para Minas Gerais o espaço urbano da nova ordem: a sede político-administrativa das elites republicanas, o marco de superação das rivalidades regionais, das disputas ideológicas e o centro de aglutinação das forças políticas do Estado. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996, p.29)

O poder público foi determinante nessa configuração urbana ainda na gestação do projeto, quando o engenheiro Aarão Reis concebia a nova capital nos padrões da época, procurando adequar a mentalidade modernizante do corpo técnico à vontade política de estabelecer um novo ambiente para o exercício do poder. O projeto original concebia a cidade em três zonas: urbana, suburbana e rural. A primeira recebeu um planejamento rigoroso, com dois aspectos fundamentais: higiene e circulação. Seu traçado ortogonal, sobreposto pelas avenidas em diagonal, pode ser entendido sob esses dois aspectos, acrescidos das idéias de urbanismo da época, baseadas em intervenções no sistema viário e apoiadas em um discurso nitidamente higienista. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996, p.29-30)

É inegável a

[...] modernidade do projeto de Reis, que reproduziu as últimas tendências do urbanismo europeu. Outro elemento marcante da concepção foi a idéia do anel definido pela avenida do Contorno. Justificada a sua criação como necessária para o recolhimento de impostos, separava a área urbana da área suburbana, que deveria ser ocupada posteriormente, de acordo com o plano, apenas por residências, sítios e chácaras. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996, p. 32)

O presidente do estado, Afonso Pena, convidou o engenheiro Aarão Reis para organizar e dirigir a Comissão Construtora da Nova Capital. Igualmente, havia organizado e dirigido a Comissão de Estudos das Localidades, que escolheu Belo Horizonte para a sede da metrópole mineira (BARRETO, v. 2, 1995, p. 26).

O processo de ocupação da nova capital era semidirigido pelo poder público e tinha como referência o plano original que, sob diversos aspectos, se revelava inadequado à realidade urbana que se inaugurava. A cidade em formação já continha o embrião de qualidades e conflitos que marcariam seu espaço durante longo período (PLAMBEL,1986, v,1,p.26).

A opção por Belo Horizonte, situada no centro do estado, traduzia uma tentativa de articulação e reorganização da economia mineira. A nova capital seria idealizada como símbolo dos tempos republicanos, cidade moderna, negação da cidade colonial, que deveria ser base para minimização dos desequilíbrios econômicos e regionais. Com efeito, a ação do Estado dirigiu-se para transformá-la em pólo econômico e industrial quanto mais cedo possível (PLAMBEL, 1986, v. 1, p. 28). Os principais acontecimentos do período de construção da nova capital, inaugurada em 12 de dezembro de 1897, serão apresentados a seguir de forma sucinta.

2.1 Período de construção da nova capital mineira (1894-1897)

O Decreto n. 680, expedido em 14 de fevereiro de 1894, permitiu o regulamento para a execução da nova capital do estado no arraial de Belo Horizonte. Em 1º de março de 1894, foi instalada a Comissão Construtora (foto 1), organizada por ordem do governo, com um quadro provisório de pessoal muito limitado (BARRETO, 1995, v.2, p. 270).

Na estrutura organizacional daquela comissão, o pessoal técnico e administrativo era distribuído em seis divisões de serviço: administração central, contabilidade, escritório técnico, estudo e preparo do solo, estudo e preparo do subsolo e viação férrea e edificações.

A quinta divisão, de estudo e preparo do subsolo, funcionava sob a direção do engenheiro-chefe de serviço, Caetano César de Campos, e era responsável pelos trabalhos e estudos relativos ao abastecimento de água, à canalização das águas pluviais, à modificação do regime dos cursos de água e à drenagem (BARRETO, 1995, v.2, p. 290).

A quinta divisão ocupava-se, essencialmente, da organização do projeto das canalizações gerais adutoras das águas potáveis para o abastecimento da cidade, concluído por completo em 1894. Esse serviço foi dividido em duas partes: uma para abastecer de imediato uma população de, no mínimo, 30 000 almas outra abrangia os mananciais destinados a ampliar esse abastecimento à proporção do aumento da população (BARRETO,1995, v.2, p. 290).



Foto 1: Membros da Comissão Construtora da Nova Capital (CCNC) tendo ao centro o engenheiro Aarão Reis com a planta de Belo Horizonte. 1895. Fotografia: Aldo Borgatti. Museu Histórico Abílio Barreto. Coleção da Comissão Construtora da Nova Capital

A Divisão de Viação Férrea e Edificações, sob a direção do engenheiro-chefe de serviço, José de Carvalho Almeida, era encarregada dos trabalhos e estudos de construção relativos à viação férrea e urbana, à construção dos edifícios públicos e particulares, às instalações elétricas e mais trabalhos acessórios (BARRETO, 1995, v.2, p. 296).

Em 5 de março de 1894, data que se tornaria insigne na história de Belo Horizonte, a comissão iniciava seus trabalhos de campo. O condutor de obras, Luis de Oliveira Castanheira de Almeida, fincou a primeira estaca de exploração do ramal férreo à margem do ribeirão do Arrudas, na ponte da Lagoinha (BARRETO,1995, v.2, p. 48).

Assim, Aarão Reis pôde “[...] com o pessoal que conseguira reunir no desprovido arraial, [...] iniciar os serviços de estudos da viação férrea, geodésia, topografia, águas, esgotos, canalizações, triangulação e levantamento da planta cadastral da população” (BARRETO, 1995, v.2, p. 49).

O presidente do estado, Crispim Jacques Bias Fortes, foi empossado em 7 de setembro de 1894. Dando continuidade à orientação do presidente Afonso Pena relativa a

Belo Horizonte, prosseguiu firme no empreendimento das obras da nova capital (BARRETO, 1995, v.2, p.191).

Bias Fortes estava empenhado na realização dos trabalhos, requisitado pelo grande empreendimento que já se anunciava. Havia sido guarda vigilante do Tesouro do estado, enquanto seus recursos, atrofiados pela centralização monárquica, não lhe permitiam audácias. Agora, porém, que a federação estava produzindo esplêndidos efeitos, levando Minas à bela situação financeira que ostentava, entendia que era tempo de impulsionar todas as forças vivas do Estado e dotá-lo de quantos elementos pudessem influir para seu progresso e sua prosperidade. Minas – disse ele – precisava ter uma capital para receber seus hóspedes condignamente à justa fama de suas riquezas e de sua grandeza. Ademais, a mudança da capital para Belo Horizonte era uma lei do estado discutida ampla, votada consciente e promulgada solenemente. Cumpria, pois, dar-lhe a pronta execução que o texto exigia. Bias Fortes via que a Comissão Construtora estava organizada e dirigida de modo a inspirar ao governo e ao estado de Minas absoluta confiança não só no dispêndio escrupuloso do dinheiro público, como no êxito do grande empreendimento. Saudando a ilustre Comissão, Bias Fortes brindava à prosperidade de Minas e à realização de sua nova capital (BARRETO, 1995, v.2, p. 183-184).

Aos olhos de Ozório (1981, p. 189), Aarão Reis sabia que a cidade de Belo Horizonte não era, a princípio, destinada a ser um centro industrial. Por razões políticas, Reis não se preocupou com a “glorificação da indústria na glorificação da cidade”. O projeto deveria, antes, resguardar a grandeza de Minas. Na visão de Reis, tinha a mesma importância, pois o que se buscava era um estado forte, com desenvolvimento no campo científico. E, na visão paternalista e autoritária do positivismo, a demonstração simbólica da força teria o importante efeito político de o estado adquirir a confiança e provar a solidez de seu poder. Coerente com sua visão de um estado moderno, ativo, Reis reservaria ao governo um papel importante quanto à construção e ao acompanhamento da evolução do crescimento da cidade. O estado assumiria o controle da urbanização, orientaria a expansão e o processo de ocupação e uso do solo urbano da nova capital. Dito de outra forma, o governo seria o construtor e o planejador de sua capital.

Ozório (1981, p. 257) interrogou sobre até que ponto a técnica detinha relativa autonomia em face da formulação, do julgamento e da implantação de projetos similares ao da criação de Belo Horizonte, onde se verificava presença numerosa de técnicos e uma estrutura administrativa paralela à da administração do estado. Para o autor, o positivismo forjou um

grupo inovador de técnicos. Em razão de suas raízes filosóficas, estavam muito próximos do pensamento conservador da época. Belo Horizonte não foi somente uma experiência pioneira. Foi um laboratório no qual se projetaram vários dos mais famosos engenheiros no início do século XX.

Em 11 de janeiro de 1895, o governo do estado expediu o Decreto n. 803, com seu respectivo regulamento, dispondo sobre a planta da cidade, os terrenos compreendidos em seu perímetro, a venda de lotes e sobre os que foram concedidos a funcionários públicos. De acordo com o decreto, a Planta Geral da Cidade de Minas teria sua área dividida em seções, quarteirões e lotes, com praças, avenidas e ruas necessárias para a rápida e fácil comunicação dos seus habitantes. Na mesma planta seriam designados os lugares destinados aos edifícios públicos, templos, hospitais, cemitérios, parques, jardins, matadouros, mercados etc. (BARRETO, 1995, v.2, p. 232, 234)

“Foi em 23 de março de 1895 que ficou concluída a planta geral da nova capital, trabalho notável que há de honrar sempre os nomes dos engenheiros que a planejaram e executaram.” Encontra-se, na figura 1, essa Planta Geral da Cidade de Minas organizada sobre a planta geodésica, topográfica e cadastral de Belo Horizonte (BARRETO, 1995, v.2, p. 250, 252, 408).

Em 29 de dezembro de 1897, “[...] havia sido criada a prefeitura [da nova capital], pelo decreto n.1 088, sendo na mesma data nomeado seu primeiro prefeito Adalberto Ferraz da Luz.” (BARRETO, 1995, v.2, p. 774)

Quando inaugurada oficialmente a nova capital, em 12 de dezembro de 1897, [...] em pleno processo de construção, a cidade passou a ser administrada pelo poder público municipal, instituindo a prefeitura, por decreto estadual, em 29 de dezembro de 1897. A Comissão Construtora foi extinta. As obras públicas de caráter estadual, como a finalização dos grandes edifícios administrativos e a construção de estradas, ficaram a cargo da Secretaria Estadual de Agricultura, Comércio e Obras, enquanto os serviços urbanos e as obras de infra-estrutura, como abastecimento de água, energia elétrica e transportes, tornaram-se responsabilidade da prefeitura municipal. Configurou-se um novo arranjo administrativo. Mas, o estatuto jurídico e político do Poder Executivo municipal definia essa instância como um departamento diretamente vinculado e subordinado ao poder estadual, sendo o próprio prefeito nomeado pelo presidente do Estado. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996, p. 34)

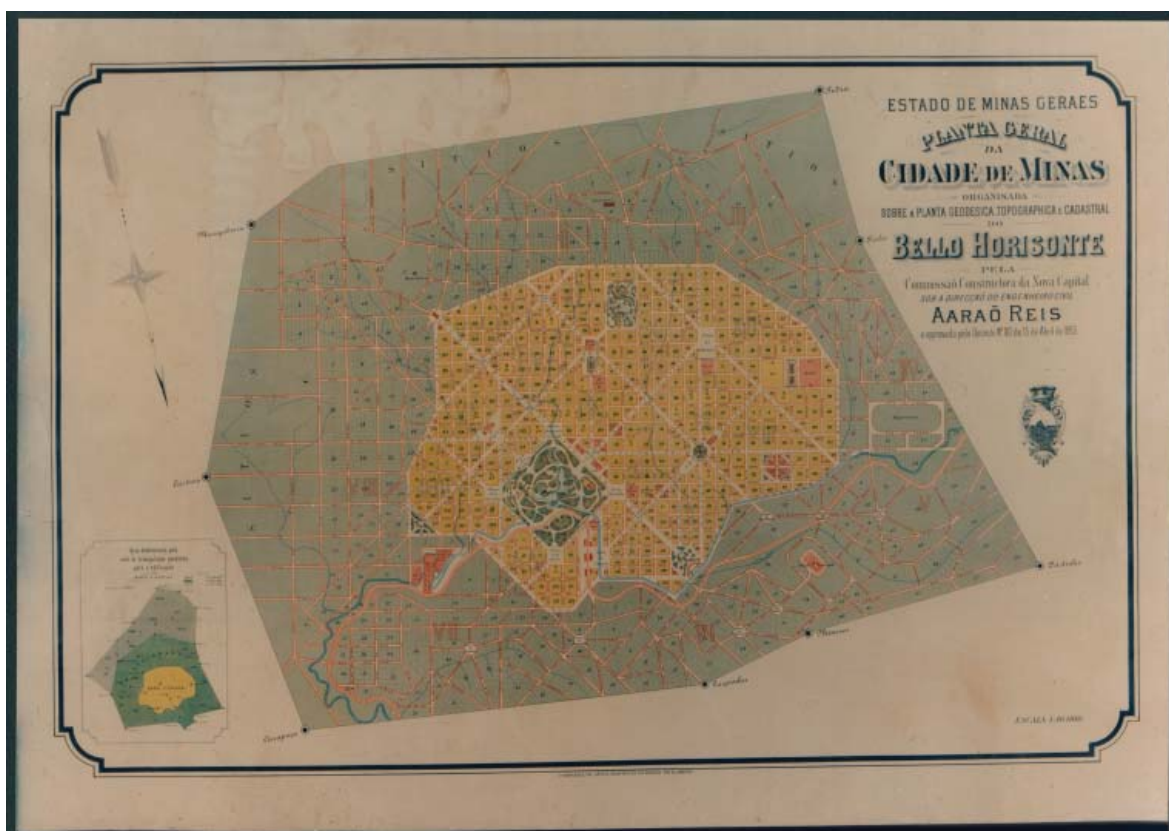


Figura 1:Planta Geral de Belo Horizonte (MG). 1895. Museu Histórico Abílio Barreto. Coleção Comissão Construtora da Nova Capital

2.2 O papel do Estado na prestação dos serviços públicos municipais

Em 1899, foi instituído o

[...] Conselho Deliberativo, composto por sete representantes eleitos pela população. Sua função primordial era a fiscalização e a deliberação quanto ao orçamento municipal, permanecendo o Executivo com plenos poderes na gestão administrativa da cidade. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996, p.34)

Na realidade a

[...] imposição constitucional [para que os impostos municipais só pudessem] ser votados por representantes do povo levou à criação do Conselho Deliberativo em 12 de setembro de 1899. Submetido ao Poder Executivo Municipal e, conseqüentemente, ao governo do Estado, suas deliberações, com exceção do regimento interno, eram sujeitas à sanção do prefeito, cujo veto só poderia ser rejeitado por 2/3 dos votos. Até a revolução de 1930, quando são fechadas todas as casas legislativas do país, permaneceu o Conselho Deliberativo como instância legislativa municipal, apesar de suas limitações, uma vez que essa função também continuou a ser exercida pelo governo estadual, ancorado

no artigo n.8 da lei adicional n.3, de 1893. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001, v. 1, p. 16)

Ao final de 1899, assumiu a prefeitura Bernardo Monteiro [1899-1902], cuja administração [...] foi marcada pela tentativa de superação da crise financeira e pela retomada do desenvolvimento da cidade. Como ele afirma em seu relatório, assumiu a prefeitura em um momento de grandes dificuldades, inclusive de corte de despesas, pois o Estado já não tinha condições de sustentar com facilidade os trabalhos na capital. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001, v. 1, p. 24)

Durante a gestão do prefeito, a capital passou a chamar-se Belo Horizonte, conforme a Lei n.302, de 1º de julho de 1901 (BELO HORIZONTE, 1902, p. 21).

Em 1910, apesar do constante crescimento, as rendas da prefeitura ainda não eram suficientes para fazer face às exigências dos múltiplos serviços municipais. As condições do traçado e do desenvolvimento da capital não podiam ficar à mercê exclusiva dos recursos do orçamento da prefeitura, daí a necessidade de o estado prestar à sua administração os auxílios pecuniários de que ela precisava (MINAS GERAIS, 1910, p. 51).

Em 1913, apesar do crescimento lento, porém progressivo, das rendas municipais e do alívio da prefeitura do ônus dos serviços de viação, luz e telefone, as rendas arrecadadas eram insuficientes para atender a todos os serviços a cargo da prefeitura de Belo Horizonte. Alguns desses serviços eram urgentes e inadiáveis: a construção de pontes definitivas, bueiros para águas pluviais, rede de esgotos. Por outro lado, a cidade crescia consideravelmente. Por maiores que fossem os esforços, a prefeitura não conseguia acompanhar seu crescente desenvolvimento, por isso, não dispensava auxílio e proteção do poder estadual (MINAS GERAIS, 1913, p. 94).

Em 1915, a cidade se desenvolvia extraordinariamente, e a prefeitura, somente com seus recursos próprios, não poderia acompanhar o crescimento da capital em face das numerosas necessidades sociais da urbe. Por isso, a prefeitura contava com as providências do Poder Legislativo do estado. A rede de esgotos ia se prolongando em grande extensão, e a arborização estava bem cuidada. Construíram-se galerias de águas pluviais nas ruas Pernambuco, Santa Rita Durão e Alagoas, e as pontes da rua Aimorés, da avenida Paraopeba e a ponte do Saco. Estava em andamento o calçamento da rua Maranhão, da avenida Paraúna e da praça da Estação (MINAS GERAIS, 1915, p. 95-96).

Em 1918, o presidente do estado, Delfim da Costa Ribeiro, salientou que a capital havia passado por um período crítico de vida e que nesse ano já se ia reanimando de novo. Belo Horizonte estava se preparando para o seu grande desenvolvimento futuro. Continuavam a avolumar-se ano após ano as grandes necessidades materiais da capital. Só os serviços de limpeza, higiene, esgotos, nivelamentos, consertos, conservação de obras e calçamentos absorviam, pela sua extensão, toda a renda ordinária arrecadada e engendravam déficits permanentes. Mesmo assim, importantes melhoramentos foram realizados: calçamento, aumento das redes de água potável, pluvial e esgotos e construções e reparos de pontes e aterros, o que atestava a ação benéfica e fecunda da administração municipal (MINAS GERAIS, 1918, p. 49,53).

Em 1922, o prefeito Flávio Fernandes dos Santos (1922-1926) afirmou, em seu relatório que a aplicação das posturas municipais, o calçamento das praças e dos logradouros públicos, o abastecimento de água, o desenvolvimento das redes de esgoto, a regularização das construções, a arborização (foto 2), a higiene, o tratamento do parque e dos jardins e outros assuntos relativos às condições gerais de vida, beleza e conforto da capital demandavam respostas e trabalhos da prefeitura municipal. Para isso, o Executivo municipal precisaria se reorganizar para realizar com presteza e segurança esses importantes serviços urbanos (BELO HORIZONTE, 1922, p. 4).

Em 1925, o prefeito Flávio dos Santos afirmou, no seu relatório, que procurou com segurança, desde o início de sua administração, encarar e resolver os principais problemas de vital interesse para Belo Horizonte. Não descurou de seu embelezamento e de seu conforto, desenvolvendo-os de acordo com os recursos da prefeitura. Reiterou que a situação econômica e financeira da prefeitura era próspera, considerando o aumento da renda municipal e sua regular arrecadação, cujo emprego vinha sendo feito com o mais rigoroso escrupulo. Assinalava o grande interesse do estado na execução dos planos de melhoramentos de Belo Horizonte, em especial o de Fernando de Melo Viana, ilustre e benemérito presidente do estado (BELO HORIZONTE, 1925, p. 5).

Em 1928, o presidente do estado de Minas Gerais, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, afirmou, em sua mensagem enviada ao Congresso mineiro, que tinha interesse pelo progresso e o futuro da capital e que para isso teve de autorizar a execução de importantes obras com recursos pecuniários complementares aos da disponibilidade financeira da cidade. O

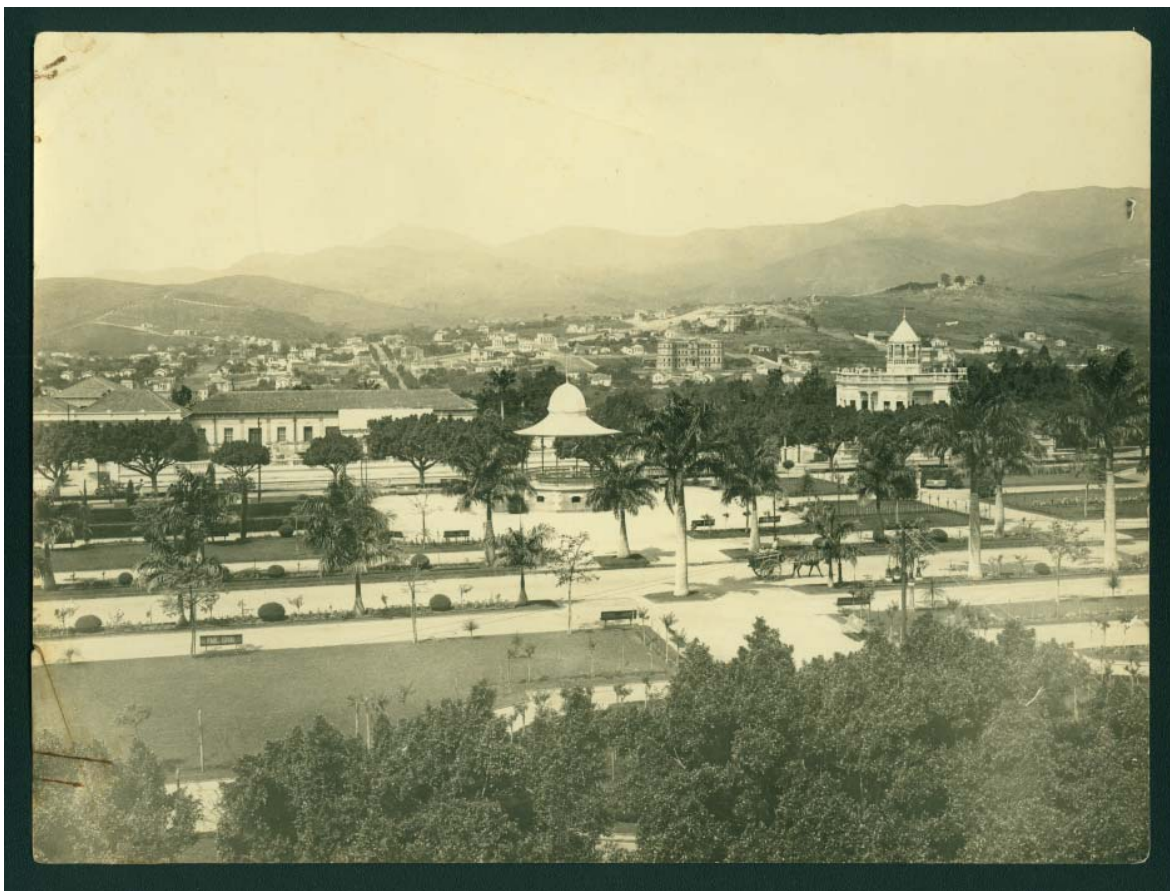


Foto 2: Vista parcial da Praça da Liberdade. Em destaque, o ajardinamento e a arborização com palmeiras imperiais. À direita, o palacete Portela (atual edifício Niemeyer). Ao fundo, o bairro da Serra; ao alto, a serra do Curral. Belo Horizonte (MG).1920-1924. Museu Histórico Abílio Barreto. Coleção Belo Horizonte

presidente pôs em prática planos de retificação dos mais extensos cursos de água que atravessavam a cidade, de revisão e prolongamento das redes de esgoto, de mais abastecimento de água potável e de pavimentação das praças e ruas (MINAS GERAIS, 1928, p. 187-189).

Entre 1926 e 1928, o presidente do estado, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada, por meio do Departamento dos Serviços de Eletricidade da capital, abriu sucessivas linhas de crédito para incrementar os serviços relacionados à eletricidade e à viação urbana. Esses recursos foram aplicados na extensão das linhas, na compra de novos bondes e na conservação de alguns equipamentos rodantes. Uma das melhorias foi a construção de um abrigo de bondes para pedestres na avenida Afonso Pena, em frente à agência Viação Elétrica. Era um projeto bem elaborado, de autoria de Ildeu Ramos de Lima. A essa obra adicionou-se a execução, no mesmo período, do *belvedere* do Parque Municipal, que o ligava à agência e ao novo abrigo de bondes, reforçando os nexos que consolidavam e dinamizavam a função nuclear do entroncamento da rua da Bahia com a avenida Afonso Pena (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996, p. 78-82).

A população [compreendia] que o mandato do presidente Antônio Carlos era marcado por forte intervenção da esfera estadual sobre a municipal. Em seu governo, inúmeras reformas aconteceram, como a remodelação da praça Rui Barbosa, [a reestruturação] da rede elétrica, a construção de jardins, o calçamento e a abertura de ruas. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996, p. 82)

Em 1928, a prefeitura comprou alguns ônibus usados para suprir a demanda [de transporte coletivo]. Foram criadas oito linhas [...]: Praça da Liberdade, Prado, Quartel, Serra, Carlos Prates, Floresta, Santo Antônio e Lagoinha. Cada carro tinha capacidade para 27 pessoas sentadas [...]. Dentre os bairros servidos por bondes (foto 3), somente o Calafate não foi beneficiado. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996, p. 83)

A administração [do prefeito] Cristiano Machado (1926-1929) [foi largamente] marcada pelo projeto político do então presidente de estado Antônio Carlos Ribeiro de Andrada de chegar à presidência da República. Belo Horizonte [foi] utilizada para a construção de uma imagem de modernidade para o [Brasil]. Com esse objetivo [foram] feitas as reformas da praça Rui Barbosa, do sistema de fornecimento de eletricidade e de iluminação da cidade, do sistema de águas e esgotos, [e a] canalização de cursos de água na zona urbana. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997b, p. 108)

O diretor-geral de obras da prefeitura, Gusman Filho, afirmou, em 2 de fevereiro de 1932, que mesmo se os recursos do erário municipal fossem duas vezes maiores, dificilmente a Diretoria-Geral atenderia de modo eficaz às necessidades sociais de Belo Horizonte, tal a desproporção entre a extensão da cidade, a densidade de população e sua capacidade tributária. A capital tinha 140 000 almas, mas comportaria cerca de 500 000 habitantes, de acordo com os lotes existentes. Entretanto, apenas com os recursos fornecidos pelos seus 140 000 habitantes, a administração era obrigada a prover os serviços públicos de uma cidade com extensão territorial compatível com uma população de 500 000 pessoas. Resultava desse fato a impossibilidade de manter em dia serviços que reclamariam importância três vezes maior que a arrecadada na época. Contando apenas com seus recursos, seria natural que, por muito tempo, houvesse falhas e imperfeições nos serviços públicos (BELO HORIZONTE, 1933, p. 3-4).

Em agosto de 1935, o governador do estado, Benedito Valadares Ribeiro, afirmou que, levando em consideração as dificuldades encontradas pela administração municipal, o Departamento de Administração Municipal (DAM) foi criado na Secretaria do Interior do



Foto 3: Avenida Cristóvão Colombo, bairro Funcionários, zona sul de Belo Horizonte (MG). Ao centro, da esquerda para a direita, Avenida Getúlio Vargas, ponto de parada dos bondes no local onde se situa a Praça Diogo de Vasconcelos (conhecida por Praça Savassi). Ao alto, a serra do Curral. Note-se o serviço de calçamento nas avenidas. 1930. Fotógrafo: Gines Gea Ribera. Arquivo Público Mineiro. Coleção Olegário Maciel

Estado. Dentre suas atribuições, destacavam-se, por exemplo: a orientação aos municípios na solução de seus problemas administrativos; assistência técnica na elaboração dos projetos e execução das obras de melhoramentos municipais, sempre em cooperação com as secretarias de Estado; realização de cursos de capacitação para os técnicos municipais na área de contabilidade. Tal assistência técnica era lograda mediante solicitação do Executivo municipal e, em pouco tempo, se estendia à quase totalidade dos municípios mineiros, produzindo os melhores frutos. O município de Belo Horizonte merecia particular atenção do governador, no afã de torná-lo uma das mais notáveis metrópoles do Brasil (MINAS GERAIS, 1935, p. 127-131).

2.3 As reformas administrativas da prefeitura municipal da capital mineira (1898-1934)

Em 1907, no início do mandato do prefeito Benjamim Jacob (1906-1909), a estrutura organizacional da prefeitura era formada por uma Secretaria, a Diretoria de Obras Municipais, a Diretoria da Eletricidade, a Diretoria de Contabilidade e a Tesouraria. A Diretoria

de Eletricidade compreendia os serviços de eletricidade e abrangia a iluminação pública e a particular, a distribuição de energia, viação elétrica e telefones. Para a prefeitura, o Departamento de Eletricidade seria a base do desenvolvimento industrial e traduziria o maior fator da grandeza de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 1907, p. 3-5, 54).

O Conselho Deliberativo havia votado a Lei n.280, de 3 de outubro de 1924, determinando a subdivisão da Diretoria de Obras em duas. Em seu cumprimento, foi expedido o Decreto n. 7, de 9 de janeiro de 1925. À primeira diretoria ficaram afetos os serviços de obras, construções, almoxarifado, ruas, pedreiras, estradas, pontes e cadastro. À segunda, os de águas, esgotos, canais, conservação de mananciais e a fiscalização dos serviços urbanos arrendados à Companhia de Eletricidade e Viação Urbana de Minas Gerais. À primeira diretoria competiam também os serviços da extinta Diretoria de Higiene, atinentes ao matadouro, cemitério, forno de lixo e à fiscalização dos contratos dos serviços funerário, de limpeza pública e remoção de Lixo (BELO HORIZONTE, 1925, p. 45).

Em 1927, foi feita uma reforma na estrutura organizacional da prefeitura de Belo Horizonte. O Decreto Estadual n. 7 677, de 30 de maio de 1927, aprovou o regulamento de seus serviços. O Decreto Municipal n.16, de 12 de maio de 1927, já havia também regulamentado os serviços da prefeitura. Fruto dessas legislações, na nova estrutura organizacional da prefeitura passaram a fazer parte também a nova Diretoria-Geral de Obras e Serviços, à qual eram vinculadas a Subdiretoria de Obras e Serviços, a Subdiretoria de Águas, a Seção de Higiene e a Inspetoria de Matas e Jardins (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2002, v. 1, p. 61).

O prefeito Cristiano Monteiro Machado (1926-1929) afirmou, na sua mensagem enviada ao Conselho Deliberativo, em 1927, que a cidade de Belo Horizonte dentro de pouco tempo teria sua fisionomia arquitetônica melhorada, graças aos efeitos de novos procedimentos relativos às normas disciplinadoras dos vários serviços técnicos empreitados ou feitos sob a administração municipal, assumidos pela avaliação mais acurada pela primeira Seção da Subdiretoria de Obras, subordinada à Diretoria-Geral da prefeitura (BELO HORIZONTE, 1927, p. 8-9).

Em 1927, o diretor de obras da prefeitura, Carlos Bicalho Goulart, reiterava, no seu relatório parcial, que, dos poucos meses de execução da reforma administrativa conduzida

pelo prefeito Cristiano Monteiro Machado, já se podia avaliar o seu extraordinário alcance. A criação das novas seções ligadas a essa diretoria resultou na perfeita distribuição de serviços e fixação de responsabilidades. Goulart afirmava também que, anteriormente, os projetos, na sua maioria, eram organizados pelos próprios empreiteiros. Plantas eram aprovadas sem o necessário estudo, dado o número reduzido de engenheiros aptos a analisar as soluções técnicas. Após a criação da Seção Técnica da prefeitura, incumbida exclusivamente de projetar e verificar projetos, normalizou-se a situação. Com efeito, a partir de 1927, todas as obras eram projetadas pela própria repartição, depois de estudo comparativo de todas as soluções possíveis (BELO HORIZONTE, 1927, p. 63).

O diretor de obras, Carlos Bicalho Goulart, ainda em seu relatório de 1927, criticou o nível alcançado de efetividade e eficácia das administrações de alguns dos antecessores do prefeito Cristiano Machado. Afirmou que a Comissão Construtora, composta de técnicos excepcionalmente ilustres, havia estudado por longos anos todos os problemas urbanos da capital, estabelecendo, pois, as diretrizes do seu desenvolvimento futuro. Infelizmente, algumas administrações anteriores se afastaram dessa orientação, o que resultou nos inconvenientes da falta de unidade de “vistas” calcada em um único plano de conjunto, causa exclusiva de todas as mazelas da vida urbana da capital. O diretor de obras considerava o plano organizado pela Comissão Construtora mutilado por algumas das administrações anteriores. Elas preferiam soluções de momento às resultantes de um estudo de mais de dez anos dos primeiros urbanistas brasileiros. Dizia também que os esforços da administração do prefeito Cristiano Machado tenderiam à reintegração do magnífico plano da Comissão Construtora. Portanto, as obras prioritárias do prefeito relacionavam-se ao saneamento e à higiene da cidade (BELO HORIZONTE, 1927, p. 66).

Em 5 de setembro de 1930, já na administração do prefeito Alcides Lins (janeiro a setembro de 1930), houve uma reforma administrativa que visava a reorganizar apenas os serviços da Diretoria-Geral de Obras da prefeitura, e não o seu regulamento interno. Na exposição de motivos, o prefeito justificou muito bem a necessidade de tal reforma. Argumentou que o regulamento da prefeitura não atendia mais ao complexo problema da administração municipal e ao crescimento vertiginoso da capital e que as administrações precedentes já vinham procurando, por meio de reformas oportunas, melhorar os serviços internos da prefeitura, ampliando-os de

acordo com os novos reclamos dos munícipes e corrigindo as falhas dos regulamentos. O prefeito buscou argumentações técnicas que justificariam dar nova organização à Diretoria-Geral de Obras, conforme o Decreto n. 86, de 5 de setembro de 1930, que modificou o regulamento da prefeitura quanto aos serviços dessa mesma diretoria (BELO HORIZONTE, 1931c, p. 141-145).

O prefeito Alcides Lins (1929-1930), usando das atribuições que lhe eram conferidas pela Lei estadual n. 9 319, de 21 de janeiro de 1930, resolveu baixar o Decreto n. 86. Com efeito, a Diretoria-Geral de Obras seria diretamente subordinada ao prefeito. Os serviços de responsabilidade dessa diretoria ficaram subdivididos em três subdiretorias: a de Obras, a de Águas e Esgotos e a de Limpeza Pública (BELO HORIZONTE, 1931b, p. 145-180).

Em 22 de setembro de 1930, Otávio Pena, chefe da Subdiretoria de Obras da prefeitura afirmou, em seu relatório, estar plenamente convencido de que a última reforma do regulamento da prefeitura sanaria a maior parte dos vícios de sua organização administrativa, ao menos no que se referisse à Diretoria de Obras (BELO HORIZONTE, 1931a, p.88).

O relatório do diretor-geral de obras, J. Gusman Júnior, enviado ao prefeito Luis Barbosa Gonçalves Pena, em 1930, afirmava que o novo regulamento da Diretoria-Geral de Obras já estava em pleno funcionamento e produzindo ótimos resultados. J Gusman, otimista pelo desempenho institucional da administração do prefeito, reiterava ainda que todos os funcionários de sua diretoria comungavam com seu modo de pensar. O prefeito poderia contar, portanto, com o apoio desses funcionários para a realização do seu programa administrativo (BELO HORIZONTE, 1931a, p. 38-39).

De fato, em 27 de setembro de 1930, ainda nesse mesmo relatório, o diretor-geral de obras reiterou que, do vasto Programa de Melhoramentos iniciado na administração de Cristiano Machado e prosseguido com grande intensidade na curta e profícua passagem de Alcides Lins (1929-1930) pela prefeitura, quase todas as obras já haviam sido concluídas, em 1930, com exceção dos serviços de calçamento (BELO HORIZONTE, 1931a, p. 31).

Por outro lado, o Decreto estadual n. 9 768, de 24 de novembro de 1930, que instituiu o regime das prefeituras para a administração dos municípios do estado de Minas Gerais, dissolveu as assembléias legislativas municipais (Câmaras Municipais ou Conselhos Deliberativos) no estado. Em cada prefeitura seria criado um Conselho Consultivo, com atribuições meramente

informativas. Seria composto de cinco membros, escolhidos entre os moradores do município, de reconhecida idoneidade moral e intelectual, sendo três da livre escolha do prefeito e os dois maiores contribuintes de impostos e taxas municipais. Competia a esse conselho opinar sobre o relatório trimestral do prefeito em vista de aprovação ou impugnação, sobre a revisão do quadro de funcionalismo municipal, sobre os projetos de revisão de contratos, leis e posturas municipais e, finalmente, informar ao prefeito sobre a conveniência da adoção de medidas administrativas de interesse do município (MINAS GERAIS, 1930, p. 724-726).

Por meio do Decreto estadual n. 9 768, o relacionamento entre estado e município se redefiniu. O Conselho Consultivo foi criado na estrutura organizacional da prefeitura, já que o Conselho Deliberativo havia sido fechado. Em 15 de dezembro de 1930, pelo Decreto estadual n. 9 790, a secretaria do Conselho Deliberativo do município de Belo Horizonte passou a ser subordinada provisoriamente à prefeitura (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2002, v. 1, p.73).

Coincidindo com o início das atividades da Comissão Técnica Consultiva de Belo Horizonte, a gestão do prefeito Otacilio Negrão de Lima (1935-1938) representou uma fase de modernização na política municipal, com a implementação de importantes mudanças no âmbito administrativo e nas ações de planejamento urbano. A própria adoção dessa perspectiva modernizadora implicava mudanças importantes no aparato burocrático, que, na visão do prefeito, deveria passar a atuar de forma mais racional, numa visão mais integrada das diferentes necessidades da cidade (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001, v. 1, p. 131).

Em 1935, a estrutura organizacional da prefeitura de Belo Horizonte passava por algumas modificações em observância a certos decretos estaduais e municipais. De fato, por meio do Decreto n. 48, de 4 de maio de 1935, o governador Benedito Valadares Ribeiro autorizou o prefeito de Belo Horizonte a dar prosseguimento à reforma do Regulamento Geral da prefeitura. O governador o justificava afirmando que a aplicação do regulamento que vigorava em 1935 não podia ser feita com o necessário vigor, em razão das várias reformas submetidas pela prefeitura, e que ela necessitava de um novo regulamento para fazer face ao processo de desenvolvimento urbano de Belo Horizonte (MINAS GERAIS, 1937, p. 179).

Essa reforma do Regulamento Geral implicou a extinção de algumas subdiretorias e seções e a criação das inspetorias. Pelos decretos municipais n. 4 e n. 5, de 7 de maio de

1935, foram extintas diversas seções da Diretoria-Geral de Obras e criada a Inspetoria Técnica. O Decreto n. 8, de 15 de maio de 1935, criou a Inspetoria de Obras. O Decreto n. 11, de 24 de maio de 1935, criou a Inspetoria de Águas e Esgotos. E o Decreto municipal n. 18 criou a Inspetoria da Limpeza Pública em 5 de junho de 1935. Em 23 de julho de 1935, pelos decretos municipais n. 35 e n. 36, foi modificada a organização de diversos serviços municipais e definidas as atribuições das inspetorias respectivamente (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2002, v. 1, p. 77).

Pelo Decreto n. 36, de 23 de julho de 1935, a Inspetoria Técnica (subordinada à Diretoria-Geral de Obras) se ocuparia da análise de projetos, do cálculo e orçamento das obras municipais, do exame de projetos de construções particulares, da planta cadastral, dos serviços geodésicos, topográficos e das questões de urbanismo. A Inspetoria de Obras se encarregaria principalmente das obras por administração e contrato, da conservação de calçamento e serviços de terraplenagem, da construção de pontes, do alinhamento, nivelamento e da demarcação das ruas e logradouros, além da fiscalização de obras particulares. O serviço de ônibus ficou sob a responsabilidade da Inspetoria de Fiscalização. A Inspetoria da Limpeza Pública, subordinada à Diretoria-Geral de Obras, se ocuparia também dos serviços de arborização, dos parques, jardins e canteiros, do replantio das matas e, sobretudo, do horto florestal municipal (BELO HORIZONTE, 1949b, p. 100-102).

2.4 Contradições na formação da estrutura urbana

Segundo estudos do Plambel (1979, p.106), no período 1897-1914, a [...] ação do Poder Público foi sempre preponderante [...]. No entanto, decisões autoritárias de auto-afirmação tiveram que ser modificadas ou acabaram sendo substituídas. Numa lógica correta, o Estado (liberal) introduziu o liberalismo econômico no espaço urbano: ao nível do uso do solo e da habitação, da eletricidade e do transporte, principalmente. Isto não [provava] a sua incapacidade de ser gerente, mas [confirmava] a compatibilização de interesses entre o Estado e a iniciativa privada.

Na administração do prefeito Flávio Fernandes dos Santos (1922-1926), constatou-se, que a planta da cidade, estudada pela Comissão Construtora, era projeto a ser

realizado. Porém, esse projeto foi executado apenas em pequena parte, e os elementos necessários à execução da outra e de quase todos os detalhes ou não foram respeitados, ou nunca existiram ou perderam-se. Os próprios traçados das ruas indicados no projeto não mereciam a confiança senão do croqui aproximado que existia na época. O traçado do prolongamento da cidade pela ex-zona colonial era feito com base em fotos aéreas, obedecendo ao critério da divisão de um lote em ruas e quarteirões, consoante o requerimento e o interesse pessoal de um proprietário qualquer (BELO HORIZONTE, 1922, p.24).

A Planta Cadastral deveria ser, portanto, “um registro de tudo o que foi feito nos seus menores detalhes, alguns dos quais eram apenas conhecidos graças à memória dos simples operários que [trabalhavam] há longos anos e do chefe da Seção do Tombamento [da prefeitura] [...]” (BELO HORIZONTE, 1922, p. 25).

Em 1923, Belo Horizonte se expandia em direção ao poente, e já mostravam certo nível de desenvolvimento os bairros do Calafate e Barro Preto e a ex-colônia Carlos Prates. Para evitar a expansão aleatória da cidade, em que os proprietários das edificações iam a seu bel-prazer abrindo ruas que se formavam, às vezes, pela simples disposição das casas nos lotes vendidos, a Diretoria de Obras da prefeitura expediu regras técnicas relativas à subdivisão dos lotes suburbanos, ao alinhamento, ao nivelamento e à regularização das vias públicas para que as respectivas plantas fossem aprovadas (BELO HORIZONTE, 1923, p. 9).

Em setembro de 1923, o engenheiro da Seção do Cadastro da prefeitura, Vicente Assunção, afirmou que se a execução do projeto da Cidade de Minas fosse perfeita como sua elaboração, o problema do cadastro estaria a meio caminho. Infelizmente, o plano da comissão, apesar de amplamente divulgado, vinha sendo sistematicamente deturpado fora da área urbana. Daí surgia a necessidade do levantamento da nova planta para a organização do cadastro de Belo Horizonte. Assunção ainda salientou que o caso do Rio de Janeiro não era o mesmo de Belo Horizonte. Lá, o cadastro foi levantado quando a cidade já estava construída. A nova planta cadastral da capital deveria ser desenhada na mesma escala tradicionalmente adotada: 1/2.000. Os grandes polígonos e as seções seriam desenhados na escala de 1/1000. Cada seção traria por sua vez folhas de quarteirões de 1/500 com cadastro detalhado e integral (BELO HORIZONTE, 1923, p. 159-161).

A planta cadastral da Comissão Construtora da Nova Capital foi concluída somente na parte urbana, de modo que a avenida do Contorno nem mesmo estava ali figurada. Cerca de

80 quilômetros de alinhamento e 85 de nivelamento estavam feitos, 68 ruas novas foram estudadas e receberam aprovação do prefeito. Foram estudados e aprovados pela prefeitura, também, 134 quarteirões com 2 300 lotes (BELO HORIZONTE, 1923, p. 162, 164).

Em 1924, a densidade demográfica de Belo Horizonte era de 209,38 habitantes por km², correspondendo ao quociente da divisão de 74 121 habitantes por 354 km² de superfície. A valorização das propriedades particulares e o aumento das transações oriundas do imposto de transmissão de propriedade eram sinais evidentes da prosperidade e da evolução crescente da capital. Essa valorização, a princípio restrita à área central ou comercial, abrangia o restante da zona urbana e toda área suburbana, incluindo nessa as ex-colônias e os sítios no perímetro da planta aprovada pelo Decreto n. 817, de 15 de abril de 1895. Tal valorização das propriedades se estendia igualmente aos terrenos adjacentes, fora daquele perímetro, como os do Calafate, das vertentes da fazenda do Pastinho e da fazenda do Freitas, nas proximidades das oficinas em construção da central, em relação aos quais os respectivos proprietários já iam pedindo aprovação das plantas, com a subdivisão em lotes e a abertura de ruas, incorporando-os, dessa forma, à planta da capital (BELO HORIZONTE, 1924, p. 37, 39-40).

O chefe da 3ª Seção da Subdiretoria de Obras da prefeitura, em seu relatório de 10 de setembro de 1929, fazia uma crítica da forma da divisão em zonas do município de Belo Horizonte. Para ele, uma administração municipal eficiente dos grandes centros urbanos não poderia prescindir de uma divisão administrativa em zonas, com limites definidos, para poder aplicar as leis que não poderiam ser generalizadas indistintamente a todo o perímetro urbano. Em 1929, Belo Horizonte já era uma grande e importante cidade e não tinha bem caracterizados os limites das zonas em que deveria ser dividida uma cidade. À parte da zona urbana delimitada pela avenida do Contorno, a cidade tinha unicamente a zona suburbana, constituída pelas ex-colônias emancipadas, e as numerosas vilas aprovadas entre 1926 e 1929, consideradas zonas suburbanas. Não existia uma designação específica para a zona dessas vilas. O chefe da 3ª Seção solicitou ao diretor-geral de obras da prefeitura que avaliasse sua proposta de divisão em três zonas: urbana, suburbana e rural. A zona urbana, de acordo com essa proposta, continuaria sem alteração, e a avenida do Contorno continuaria como divisa entre ela e a zona suburbana (BELO HORIZONTE, 1929b, p. 45).

O Plano Geral de Belo Horizonte, tão bem delineado pela Comissão Construtora da Nova Capital, infelizmente não havia sido executado na parte suburbana como deveria ser, alegava, em 1929, Jefferson Fernandes Baleeiro, chefe da 3ª Seção da Subdiretoria de Obras da prefeitura. Com efeito, a zona urbana, com suas ruas largas, lotes e quarteirões grandes, já estava completamente afogada pela zona suburbana, onde existiam ruas estreitas, ambas congestionadas pelo tráfego, dado o rápido crescimento urbano. Portanto, algumas ruas fadadas a se tornarem escoadouros de trânsito intenso teriam de ser forçosamente alargadas no futuro. Exemplo disso era a Rua Niquelina (8ª Seção urbana), que ligava o centro urbano a zonas urbanas de expressiva expansão, como a ex-colônia Bias Fortes, Vilas Novo Horizonte, Parque Cidade Jardim e Parque Vera Cruz, etc. (BELO HORIZONTE, 1929b, p.42-43)

O chefe da 3ª Seção afirmava ainda que os inconvenientes mencionados decorreram exclusivamente da inobservância da planta original e da falta de um plano geral que orientasse os processos da evolução urbana. A 3ª Seção já havia concluído esse plano de conjunto organizado por José Franco Henriques, que projetou, em plantas parciais na escala de 1: 2 000, o traçado harmonizando as ruas já aprovadas com o novo plano, respeitando, dentro do possível, os modernos princípios de urbanismo (BELO HORIZONTE, 1929b, p. 43).

Para evitar as faltas cometidas, algumas medidas da 3ª Seção estabeleciam ligações diretas entre as diversas vilas e os bairros com o centro urbano de Belo Horizonte, projetava avenidas sanitárias ao longo dos cursos d'água e, finalmente, reservava áreas destinadas a parques e jardins, visto que esses eram logradouros de grande alcance para a vida social e higiênica da capital. Foram feitos os projetos de ligações das vilas aprovadas fora do perímetro urbano. De posse desses elementos, já estava sendo organizada uma Planta Geral da cidade mais abrangente, que seria posteriormente executada (BELO HORIZONTE, 1929b, p. 43-44).

O levantamento cadastral de Belo Horizonte foi iniciado em fins de 1928. Em setembro de 1929, a 3ª Seção já tinha concluído o levantamento das 14 seções urbanas que foram desenhadas em folhas, por seções, na escala de 1/1000. A 3ª Seção já fazia o levantamento da zona suburbana, considerado mais moroso por causa da diversidade do traçado das ruas nessa zona, que nem sempre obedecia à simetria e à regularidade geométricas seguidas no traçado das ruas da zona urbana. Portanto, encontravam-se inteiramente levantadas a 2ª e a 7ª Seção suburbana e a ex-colônia Américo Werneck. A 3ª Seção esperava que, em fins de

1930, a prefeitura pudesse contar com uma planta cadastral, na qual estariam figurados todos os prédios de Belo Horizonte. Esperando essa data, já havia interesse e procura dessa planta por parte das companhias concorrentes dos serviços públicos de telefonia, luz, e força elétrica (BELO HORIZONTE, 1929b, p. 44).

Em 20 de setembro de 1929, o diretor-geral de obras da prefeitura, J. Gusman Júnior, fez alusão ao parecer técnico do chefe da 1ª Seção da Subdiretoria de Obras, que criticava pela falta na administração municipal das normas reguladoras da lei de uso do solo urbano. O chefe da 1ª Seção levantou a questão dos variadíssimos projetos em que eram encontradas dificuldades de normas ou índices para construções, segundo sua localização nos vários bairros da capital. Naquela época, para efeito de regulamento, a cidade era dividida em duas zonas: urbana e suburbana. Na zona urbana, apenas as áreas de uso comercial tinham legislação especial, respaldada pela Lei n.226, de 2 de outubro de 1922. Para a zona suburbana existia a Lei n. 264, de 9 de outubro de 1923, que permitia tolerâncias maiores nos bairros militares (BELO HORIZONTE, 1929b, p. 18).

Até a década de 20, o crescimento da zona urbana da cidade de Belo Horizonte esteve confinado a uma estreita faixa a oeste e outra maior a leste da avenida Afonso Pena. Durante essa década, a influência da avenida Afonso Pena na orientação do crescimento diminuiu, enquanto o perímetro da malha urbana se estendeu nas direções noroeste-nordeste. Apesar da expansão fora do perímetro da zona urbana, o comércio e a indústria mantiveram-se restritos à área central [...] (foto 4). Em contraposição à regularidade do traçado na zona urbana, a suburbana nascia sem nenhum tipo de planejamento, com ruas estreitas e tortuosas. Até 1930, apenas as artérias principais de acesso aos bairros estavam pavimentadas. Na maioria deles faltavam rede de esgoto, abastecimento de água, energia elétrica e iluminação pública. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1996, p.76)

Em 1930, a zona urbana ocupava 8 815 382 m²; a zona suburbana, nos limites definidos pela Comissão Construtora da Capital, abrangia 24 930 803 m²; as vilas ou subdivisões fora do perímetro suburbano da Comissão Construtora ocupavam 26 879 375 m² e a zona de sítios perfazia 13 735 131 m² de área ocupada. A área total da cidade era de 74 360 691 m² (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997a, p. 40).

Em 4 de setembro de 1930 foi aprovada a Lei n. 363, [que estabelecia] o regulamento geral de construções de Belo Horizonte. De acordo com essa lei, a cidade foi subdividida, pela primeira vez, em quatro zonas: central, urbana, suburbana e rural. A primeira era limitada a partir da avenida do Contorno pelas avenidas Bias Fortes, Paraopeba, Praça da República, Álvares Cabral, Afonso Pena, Tocantins e rua Aarão Reis até à avenida do Contorno. A zona urbana era limitada pela avenida do Contorno. A suburbana estava compreendida entre a avenida 17 de Dezembro e a linha de triangulação (Carapuça-Cardoso, Cardoso- Mangabeira, Mangabeira-rua Porto Príncipe). A zona rural era constituída pelas vilas aprovadas, situadas além do perímetro suburbano. Essa divisão, portanto, parecia seguir as necessidades e mudanças decorrentes do crescimento da capital e, ao mesmo tempo, buscava facilitar a fiscalização de obras. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001, v.1, p.113)

A década de 1920 caracterizou-se pela retomada do crescimento econômico e foi marcada pela expansão do comércio e das atividades industriais (na área central de Belo Horizonte e nos bairros Carlos Prates e Cachoeirinha) e pela criação das instituições bancárias

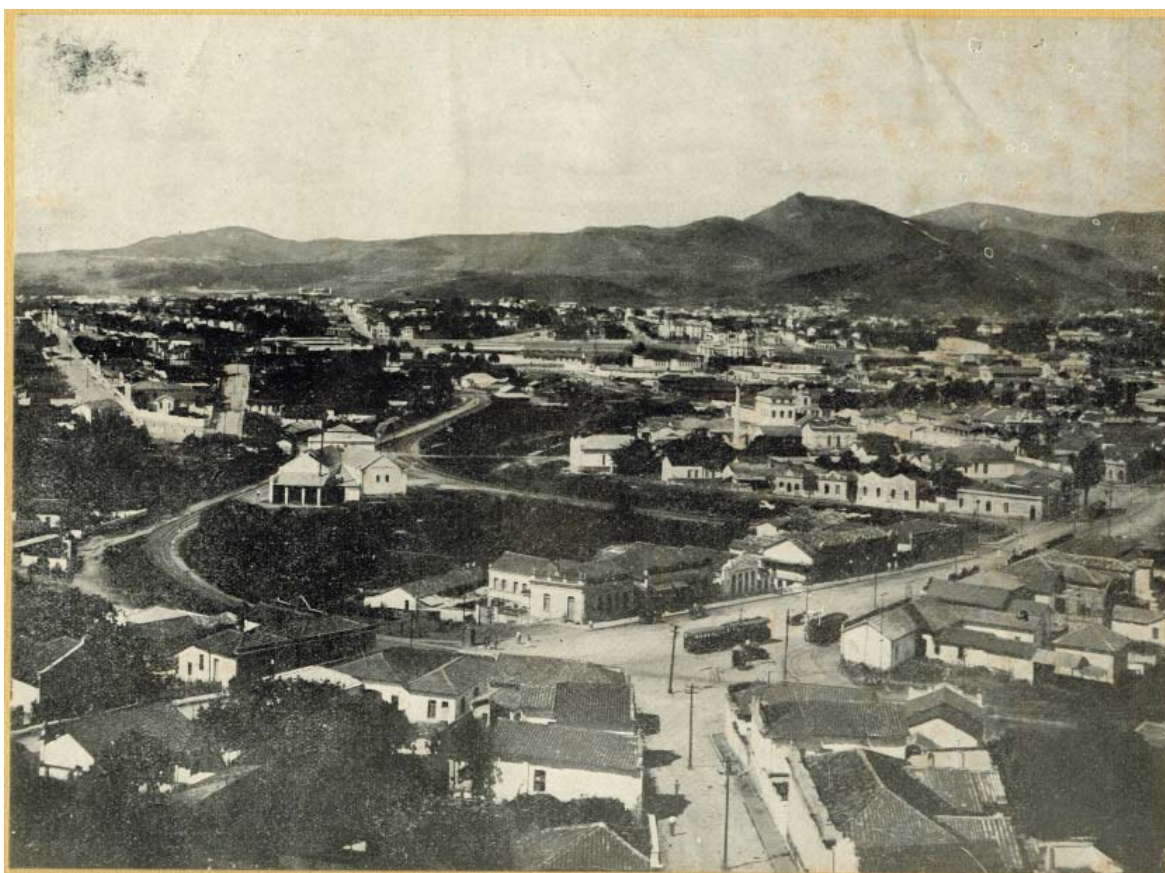


Foto 4: Vista parcial de Belo Horizonte (MG) tomada a partir do bairro Lagoinha. Em primeiro plano, Praça Vaz de Melo. À esquerda, bairro Floresta. À direita, centro da Capital e o edifício da Estação Rodoviária. Ao alto, serra do Curral, na zona leste da cidade. 1927. Museu Histórico Abílio Barreto. Coleção Belo Horizonte

mineiras, que se concentraram na praça Sete. Esse logradouro se firmava como centro simbólico da cidade. Por outro lado, o crescimento populacional e a expansão da fronteira urbana demarcavam a consolidação de Belo Horizonte como centro polarizador em pleno dinamismo econômico. Mas a cidade ainda era bastante carente de serviços de infra-estrutura urbana (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001, v. 1, p. 70-71).

O subdiretor de obras, Otávio Penna, afirmou em 1931 que a planta da capital da Comissão Construtora foi sucessivamente modificada por anos. Quando a subdivisão de terrenos empolgou os proprietários da área suburbana, nem a própria prefeitura teve forças para coibir os abusos praticados. De modo geral, a área urbana, com suas largas e bem traçadas ruas e avenidas, foi asfixiada por um emaranhado de vilas com logradouros de 10 a 14 metros de largura (BELO HORIZONTE, 1933, p. 23).

Em face do desenvolvimento da cidade, em 1931, a Subdiretoria de Obras da prefeitura desenhou numa planta geral, em escala de 1: 5 000, a cidade e todas as subdivisões ou bairros novos. Figuravam aí todos os lotes devidamente numerados e 17 208 casas já cadastradas, 4 220 na zona urbana e 12 988 na suburbana. Só faltava o cadastro das vilas, que contribuiria com 2 500 a 3 000 casas. Em 1931, existiam na planta da capital 60 581 lotes e logradouros públicos tanto na zona urbana quanto nas zonas suburbanas e rurais. Desse total, faziam parte da zona urbana 17 praças, 22 avenidas, 79 ruas e 7 356 lotes urbanos. Na zona urbana, as ruas, praças e avenidas ocupavam 35% da área total (BELO HORIZONTE, 1933, p. 25-26).

A complementação da urbanização na zona urbana, o estímulo à ocupação de seus vazios e a nova importância que a cidade de Belo Horizonte assumia como pólo comercial e industrial faziam com que, a partir da segunda metade da década de 1930, se intensificasse a atividade construtiva no centro. O início do processo de verticalização atingia, principalmente, a avenida Afonso Pena, que adquiria uma nova fisionomia, com suas construções ecléticas cedendo lugar a edifícios de uso institucional ou de serviços e a estabelecimentos de lazer (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997b, p. 144).

2.5 A segunda tentativa de realização de um planejamento mais sistemático para a capital mineira

O engenheiro-urbanista Lincoln Continentino estudou como bolsista na Fundação

Rockefeller, entre 1927 e 1929, nos Estados Unidos, onde foi influenciado pela concepção do urbanismo vigente na época. Em 1934, em sua conferência proferida no Rotary Club, afirmou que todos os problemas de Belo Horizonte não deveriam ser atribuídos à Comissão Construtora, já que, no fio de sua história, não se buscava atuar de forma sistemática e coordenada no exercício das funções municipais. Dito de outra forma, os serviços públicos eram observados, estudados e projetados mais ou menos isoladamente, sem um critério de conjunto, sem levar em consideração as relações íntimas e diretas que realmente existiam entre todas as funções municipais (CONFERÊNCIA, 1935, apud FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001,v.1, p. 122-123).

A partir de 1933, quando foi elaborado o Plano Geral da cidade de Belo Horizonte, a ação abrangente do poder público visava a controlar o processo de expansão urbana. Nesse plano foram redefinidas as zonas urbana, suburbana e rural, na busca de incitamento ao adensamento da zona central. Assim, foi estabelecido um gabarito especial que permitia elevar o número de pavimentos nos edifícios ao longo das vias principais, com o objetivo de alcançar a verticalização nessa zona. Essa política traduzia a incorporação da valorização virtual do solo, na área central, e sua diferenciação em relação ao restante da cidade (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997b, p. 140-141).

Para Lincoln Continentino, a Comissão do Plano da Cidade teria entre as suas atribuições a de realização do Plano Geral de Melhoramentos e a extensão da cidade. A exemplo de cidades como Recife, Rio de Janeiro e São Paulo, era urgente a criação, em Belo Horizonte, dessa comissão, bem como a organização de um serviço estadual encarregado de orientar e fiscalizar os serviços municipais de urbanismo. Aos olhos desse urbanista, a Comissão do Plano de Urbanismo deveria, notadamente, incumbir-se da observância do plano e da organização de uma legislação que permitisse transformar em realidade as resoluções técnicas dos especialistas em construção das cidades (A MUDANÇA..., 1934, p. 5, apud FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001,v. 1, p. 124).

Em 15 de dezembro de 1933, o interventor do estado, Benedito Valadares, indicou José Soares de Matos para prefeito (1933-1935) de Belo Horizonte. Esse prefeito equilibrou o orçamento por meio de cortes e redução de despesas no balanço completo da situação da prefeitura. Durante seu mandato foi criada, por intermédio da Portaria n.51,

de 1º de agosto de 1934, a Comissão Técnica Consultiva da prefeitura. E as obras públicas mais relevantes executadas foram a abertura da avenida sanitária (Pedro II), na Lagoinha, a canalização dos córregos do Acaba-Mundo e do Leitão e a edificação do Paço Municipal –sede da municipalidade – (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE,1995, v. 1, p. 219).

Embora a prefeitura reconhecesse sua dificuldade financeira para a realização dos planos da cidade, a Comissão Técnica Consultiva representava um esforço de sistematização e busca de coerência nas intervenções necessárias. Sua criação traduzia, junto com o Plano da Cidade de 1933, a primeira proposta de planejamento depois da atuação da Comissão Construtora da capital. Essa comissão pretendia abranger diversos aspectos da vida urbana de Belo Horizonte por meio de suas cinco subcomissões: Higiene, Engenharia, Arquitetura e Urbanismo, Indústria e Jurídica (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997b, p. 141).

Seguindo outra orientação da Comissão Técnica Consultiva de Belo Horizonte, iniciou-se em 1936 a elaboração da Planta Cadastral que, aos olhos do urbanista Lincoln Continentino, era o instrumento básico para a elaboração do plano de reformulação urbana da cidade. A partir daí, começou a execução de uma nova rede de triangulação, em substituição àquela elaborada pela Comissão Construtora da capital, cuja maioria de marcos já havia sido desaparecido. Esse trabalho foi realizado pela prefeitura com a participação do Serviço Geográfico do estado, que cooperou nos serviços de medição da base geodésica para a extensão da rede que, nesse caso, deveria ligar-se à triangulação geral do estado (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997a, p. 54).

3 GESTÃO MUNICIPAL E O PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO URBANO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE (1935-1960)

Segundo o prefeito Otacílio Negrão de Lima (1935-1938), a Câmara Municipal, instalada em 7 de agosto de 1936, vinha prestando ao município relevantes serviços. Da mensagem que o Executivo Municipal enviou à Câmara Municipal em 7 de agosto de 1936, pôde-se tirar a seguinte informação:

[...] com o rápido e incessante desenvolvimento da cidade, tornam-se cada dia mais exigentes os problemas urbanos e municipais, cujo exame e solução absorvem e empolgam todas as energias administrativas, impondo ainda uma visão abrangente e constante preocupação que transcende a atividade técnica. Urge, nessas condições que a vossa clarividência incida vigilantemente sobre a complexidade das questões da administração pública, de sorte que a legislação municipal se elabore paralelamente à ação da Prefeitura, conjugados em um esforço sinérgico os propósitos, que por igual nos inspiram, de servir devotamente a Belo Horizonte, orgulho do gênio civilizador dos mineiros [...]. Articulada, como não se pode contestar, com a economia do Estado, a evolução de Belo Horizonte – em cuja fisionomia se espelha, em muitos traços, a civilização de Minas Gerais – é curial que do bafejo do governo dependa o surto mais poderoso e largo da administração municipal; folgamos, a este propósito, em reiterar a afirmação, de cristalina exatidão e justiça, de que o eminente Sr. Governador Benedito Valadares é credor do reconhecimento de toda a população pelo indefectível desvelo com que estimula a administração do município, prestigiando-a nos planos de trabalho e nas realizações que, sob a sua inspiração, empreendemos [...](BELO HORIZONTE, 1937, p. 8-9).

No relatório de 1942, entregue ao governador do estado, o prefeito Juscelino Kubitschek de Oliveira (1940-1945) manifestou-se honrado pela direção administrativa de Belo Horizonte, mas enfatizava o volume de problemas administrativos e responsabilidades, bem como seu empenho na busca da solução desses problemas. Afirmou também que conseguiria obter a proficuidade das ações e o empreendimento da prefeitura graças à permanente assistência do governador, à fiel cooperação dos chefes e auxiliares da prefeitura e à boa vontade dos munícipes (BELO HORIZONTE, 1942, p. 1-3).

Juscelino afirmava ainda que pela complexidade de sua fisionomia urbanística, Belo Horizonte se achava (já em 1937) entre os núcleos mais adiantados do País. Fluxos de

população convergiam de todos os quadrantes, atraídos pelas condições de vida econômica, social e cultural que aqui lhes eram oferecidas. Em plena expansão demográfica, a cidade ampliava-se em duplo sentido – horizontal e vertical – assim, na área geográfica, aperfeiçoando seus aspectos arquitetônicos, como na esfera social e intelectual, dotada de mais e mais recursos necessários ao conforto e à beleza das cidades modernas, e cada vez mais florescente nas atividades artísticas e científicas, por suas academias e órgãos culturais (BELO HORIZONTE, 1942, p. 3).

A prefeitura preferiu arcar com responsabilidades financeiras mais vultosas a ver a cidade num processo de evolução estacionado. Para Juscelino, um princípio era válido: novas fontes de progresso representavam sempre novas fontes de arrecadação tributária, e o calçamento era uma delas. Adotando esse princípio, pôde verificar o resultado: a cidade crescia e suas rendas aumentavam, ao contrário do que ocorria anteriormente. Subitamente, a fisionomia da capital transformou-se, tornando-a, assim, a cidade do asfalto (BELO HORIZONTE, 1942, p. 6-7).

Para a administração do prefeito Juscelino Kubitschek, as avenidas radiais eram uma imposição premente para Belo Horizonte mais do que para qualquer outra capital. Afirmou que, enquanto o centro obedecia a um traçado geométrico, os bairros fora da avenida do Contorno formaram-se e cresceram ao longo do que antes eram as estradas que chegavam ao centro urbano. Para a periferia da chamada zona urbana, não houve preocupação em traçar um plano urbanístico que atendesse às mesmas características da cidade propriamente dita. Como consequência desse desprezo, a capital foi crescendo desordenadamente em direção aos bairros. Em contraste chocante com as avenidas e ruas amplas e retas, seguiam-se ruas estreitas e sinuosas, de tráfego congestionado. A administração de Juscelino enfrentou a situação encontrada para que, no futuro, não se tornasse difícil a solução desse problema, pela permanente valorização que teriam os terrenos por onde atravessariam tais avenidas. A prefeitura pôde, em menos de dois anos, entregar à população uma série de avenidas novas e importantes para o desenvolvimento da cidade. Avenidas novas em extensão superior a 42 quilômetros foram projetadas e quase todas construídas no período posterior a abril de 1940. Afirmava Juscelino que se buscava solucionar a questão não só para o presente, mas para o futuro, de acordo com o princípio de que, para a cidade em processo de crescimento como Belo Horizonte, a preocupação primordial deveria ser a solução dos problemas de amanhã (BELO HORIZONTE, 1942, p. 19-20).

A avenida Amazonas era uma grande artéria no sistema viário de Belo Horizonte. Traçada pela Comissão Construtora da Nova Capital, ia apenas da praça Rui Barbosa à antiga avenida Itacolomi (atual avenida Barbacena), numa extensão de 1 725 metros. A prefeitura decidiu prolongar essa artéria até a avenida do Contorno, e daí à Gameleira, na ponte sobre o ribeirão Arrudas, permitindo sua junção com a avenida Tereza Cristina. O prolongamento além da avenida do Contorno permitiu à administração de Juscelino proporcionar à cidade uma ampla e moderna via pública, uma das radiais da capital, acompanhando o desenvolvimento natural da cidade em direção ao oeste, até a Gameleira, e em seguida até o Parque Industrial do Ferrugem, a grandiosa realização do governo estadual. Assim, uma extensa parte da cidade, justamente a mais progressista, foi finalmente valorizada. Com efeito, cortando áreas urbanas ainda não habitadas, a grande artéria induziu o desenvolvimento de toda a zona por ela atravessada. Sua largura foi concebida em 35 metros, com canteiros na parte central, pistas de ambos os lados e passeios largos laterais (BELO HORIZONTE, 1942, p. 20-21).

Em 1946, Belo Horizonte encerrava uma fase na qual a definição de seu destino foi uma prerrogativa importante do governo estadual. Apesar da atuação do Conselho Deliberativo até 1930 e da breve existência da Câmara Municipal, eleita em 1936 e dissolvida em 1937 pelo golpe de Estado Novo, foi somente a partir de 1947, no contexto da redemocratização nacional, que a cidade conquistou sua verdadeira autonomia política, elegendo pela primeira vez seu prefeito. Naquele ano, Otacílio Negrão de Lima (1947-1951) assumia novamente a administração municipal, eleito pela população da cidade de Belo Horizonte (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001, v.1, p.174). Com o fim da subordinação da prefeitura ao estado, foi reorganizada a Câmara Municipal por meio do Decreto-lei n.213, de 22 de novembro de 1947 (ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2002, v.1, p.125).

Em 1947, Otacílio Negrão de Lima iniciou seu segundo mandato como prefeito de Belo Horizonte. De imediato, constatava a impossibilidade de oferecer os serviços de infraestrutura demandados pela crescente população. Como solução para os problemas urbanos, propôs a criação de cidades-satélites ao redor de Belo Horizonte. O serviço de abastecimento de água apresentava um déficit durante toda sua administração, em razão do vertiginoso processo de expansão urbana, sempre em descompasso com as ações de planejamento (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997b, p. 155).

Além da proposta de criação das cidades-satélites, que tinha por objetivo descongestionar o centro urbano de Belo Horizonte, o prefeito afirmava-se como ferrenho defensor da ordem político-jurídica estabelecida. Era comprometido com o progresso da cidade e com o exercício de sua democracia (PLAMBEL, 1979, p. 287).

O município de Belo Horizonte já conhecia um alto grau de expansão industrial e comercial. De cidade de vida oficial e artificial, transformou-se em poderoso centro urbano de vida própria, afirmava o prefeito Otacílio Negrão de Lima (1947-1951) em seu relatório de atividades de 1948. Os fatores de produção e os índices de transações comerciais eram cada vez mais significativos no constante progresso da cidade. Portanto, foram mantidas relações de cordial entendimento e espírito de cooperação entre o governo municipal e os governos estadual e federal. Reiterava ainda o prefeito que o constante e extraordinário crescimento da cidade não só como expoente arquitetônico e urbanístico, mas também em seu tônus econômico e social, expressos nas atividades do comércio, da indústria, da educação, das artes e da cultura em geral, impunha ampla reforma dos serviços da prefeitura, sempre em consonância aos interesses da população (BELO HORIZONTE, 1949a, p. 4,7).

A década de 1940 foi marcada pela expansão e afirmação de Belo Horizonte como centro comercial, industrial e financeiro do estado, com a ação do poder público focada nos investimentos em infra-estrutura viária e energética de suporte à industrialização e à expansão urbana, em detrimento dos investimentos sociais ligados às condições de habitação. Em termos de infra-estrutura de saneamento, constatou-se uma crescente defasagem entre o crescimento da população e a capacidade de resposta dos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 1997b, p. 148-149).

A expansão urbana dispersa representava um agravante aos problemas enfrentados pelo poder público quanto à prestação de serviços urbanos, cujas demandas cresciam aceleradamente por causa do incremento demográfico. A partir de 1950, o potencial de recursos hídricos superficiais de Belo Horizonte não conseguia responder à demanda do seu grande contingente populacional. A cidade apresentava carências acentuadas quanto aos serviços de energia elétrica, abastecimento de água e rede de esgotos (PLAMBEL, 1986, v. 1, p. 80).

O crescimento demográfico significou muito para o processo de desenvolvimento urbano de Belo Horizonte. Em 1900, a capital mineira possuía 13 472 habitantes; em 1912, 38 822; em 1920, 55 563; em 1940, 211 377; em 1950, 352 724 e ; em 1960, 693 328. Na década

de 1950, a capital continuava sendo o principal centro de atração dos fluxos migratórios da região metropolitana e do estado, adquirindo já feições de verdadeira metrópole (PLAMBEL, 1979, p. 259-261).

O prefeito Américo Giannetti (1951-1954) fez uma crítica às obras públicas iniciadas nos mandatos dos antecessores, o que se tornou objeto de cuidados especiais. Seria preciso selecionar as iniciativas que mereciam prosseguimento e interromper as de caráter demagógico, que não trouxessem reais benefícios para a cidade. Segundo o prefeito, essa tarefa não seria das mais amenas. Dada a pressa com que haviam sido iniciadas, essas obras não tinham, em sua maioria, um orçamento exato nem se apoiavam em projetos claros, que permitissem um exame mais seguro (BELO HORIZONTE, 1952, p. 5).

Em 1952, a administração do prefeito Américo Renê Giannetti cuidou de dar execução às obras constantes do Plano-Programa de Administração, bem como aos serviços concernentes ao abastecimento de água, ao ensino primário, ao calçamento de ruas, à construção de centros sociais, à melhoria dos transportes urbanos e pavimentação de estradas e à remodelação do Parque Municipal (BELO HORIZONTE, 1953, p. 11).

A parte urbana de Belo Horizonte, situada no perímetro da avenida do Contorno, foi construída de acordo com o traçado estudado pela Comissão Construtora da Nova Capital, obedecendo, pois, a um critério preestabelecido. Segundo o relatório do prefeito, em 1953, a parte suburbana, entretanto, formou-se de maneira desordenada, sem plano de conjunto algum, obedecendo quase exclusivamente aos interesses comerciais dos proprietários de terrenos, que loteavam suas terras procurando obter o maior número de lotes, sem levar em consideração o conjunto da cidade. Resultou disso o enclausuramento da cidade dentro da avenida do Contorno, criando sérios problemas de tráfego, dada a carência de vias de acesso que evitariam o congestionamento do centro, facilitando a fluidez do tráfego rumo aos bairros e às vilas (foto 5). O desenvolvimento da capital fora do perímetro da avenida do Contorno processou-se desordenadamente, sem obediência a qualquer regra de urbanismo (BELO HORIZONTE, 1954, p. 9).

A capital era, em 1950, uma das seis primeiras aglomerações urbanas do País, considerando que já possuía uma população de 352 724 habitantes (foto 6). Ainda em 1950, 20% de sua população se distribuía na zona urbana, 77% na suburbana e 3% na rural (BELO HORIZONTE, 1955, v.1, p. 7-8).

Pelas características de seu solo e pela posição que ocupava, Belo Horizonte vinha se afirmando como o principal centro polarizador da economia mineira e um dos principais do Brasil. O número de estabelecimentos industriais cadastrados pelo censo passou de 400, em



Foto 5: Avenida Afonso Pena, centro de Belo Horizonte (MG). Em primeiro plano, à esquerda, as avenidas Álvares Cabral e Augusto de Lima. Em destaque, a Faculdade de Direito, fundos do prédio do Conselho Deliberativo (atual Centro Cultural). À direita, o Parque Municipal margeando o ribeirão Arrudas e o viaduto Santa Tereza. Ao centro, a matriz São José. Ao alto, zona norte, conjunto habitacional IAPI e o bairro São Cristóvão. 1950. Fotógrafo: Cândia de Oliveira. Museu Histórico Abílio Barreto. Coleção Belo Horizonte

1940, para 917, em 1950. A capital ocupava lugar de proeminência entre os maiores centros industriais do país. Fato de grande importância para a economia do município e de repercussão nacional foi a inauguração, em 12 de agosto de 1954, da primeira fase da usina siderúrgica Mannesmann, localizada a apenas 15 quilômetros de centro comercial da capital. Previse



Foto 6: Vista parcial do centro de Belo Horizonte (MG), Praça Raul Soares traçada sobre os cruzamentos das avenidas Bias Fortes, Olegário Maciel, Amazonas e Augusto de Lima. Próximo à praça, o Mercado Central, entre a Avenida Augusto de Lima e a Rua Goitacazes. Ao fundo, a Praça Sete de Setembro e o Parque Municipal. Ao alto, a Praça da Estação e os bairros Floresta, Horto e Sagrada Família. 1950. Fotógrafo: Cândia de Oliveira. Museu Histórico Abílio Barreto. Coleção Belo Horizonte

uma produção anual de cerca de 100 mil toneladas de tubos de aço sem costura, assegurando emprego a mais de 3 000 pessoas (BELO HORIZONTE, 1955, v.1, p. 9-10).

Em seu relatório de atividades de 1954, o prefeito Sebastião de Brito (1954-1955) afirmou que o governo local não pôde atender a alguns dos justos reclamos da coletividade, em razão da evolução vertiginosa da cidade e à escassez de recursos deferidos ao erário municipal. Reiterou que, em 1955, a situação financeira do município se apresentava delicada e que as administrações posteriores deveriam traçar um programa que diminuísse o déficit orçamentário previsto, tomando providências de compressão de despesas e aumento de receita. Apesar dessas

dificuldades, sua administração pôde se orgulhar de, em apenas cinco meses, ter dado curso a e terminado várias realizações de interesse público no campo dos melhoramentos urbanos e da assistência social e médico-sanitária (BELO HORIZONTE, 1955, v.1, p. 2).

Em 1956, de acordo com o relatório do prefeito Celso Melo de Azevedo (1955-1959), a desejável e ambiciosa condição de metrópole tornava-se um ônus para o governo local. Cumpria ao governo, aos munícipes ou à sua câmara de representantes fazer com que essa condição resultasse em benefícios proporcionais aos ônus que vinha acarretando. Ser metrópole e capital do estado representava, realmente, uma carga pesada para o governo local, um encargo administrativo duplamente descompensado nos dez anos anteriores a 1956. Inicialmente, pelo seu caráter de capital, Belo Horizonte era isenta do benefício de reversão percentual de tributos federais e estaduais, na forma do § 4º do art. 15 e do art. 20 da Constituição da República, repetido pela Constituição Mineira de 1947. De outra parte, a descompensação se acentuou pela atribuição de autonomia plena ao município, que constituía aspiração legítima e justa dos munícipes durante longos anos, e que a Constituição Estadual consagrou (BELO HORIZONTE, 1958a, p. 10).

Evidentemente, só podia merecer aplausos e apoio a concessão de autonomia, pois tratava-se de uma conquista política da maior importância para os destinos de Belo Horizonte. No plano econômico, a autonomia privou a municipalidade de uma ajuda que o estado lhe vinha prestando durante mais de cinco decênios, como contrapartida do direito de nomeação do prefeito. A autonomia municipal de Belo Horizonte se deu, portanto, na concomitância de fatores de repercussão negativa nas finanças da administração local. Quando se votou o dispositivo constitucional da autonomia, o constituinte fora alertado para a circunstância econômica. Dentre outras, constavam dos anais da Constituição Mineira de 1947 as palavras do deputado José Carvalheira, não contestadas, ao contrário, confirmadas por outros pronunciamentos: Belo Horizonte só pôde chegar a essa culminância e crescer como cresceu, em ritmo espetacular, porque tinha vivido fora do regime de autonomia e mantinha-se com os seus recursos e os auxílios que recebia do estado. Só, autônoma e exclusivamente com suas rendas, estaria muito longe da categoria a que chegou. Estaria, talvez, incluída entre as “capitais de terceira ou quarta classe”. Sua receita, orçada para 1956 em 76 milhões de cruzeiros, não era bastante para manter os serviços (ANAIS, 1947, v. 2, p. 396 apud BELO HORIZONTE, 1958a, p.10-11).

Além do aspecto econômico, preponderavam outros relevantes, e a vitoriosa autonomia municipal era já, em 1956, uma conquista irremovível. Os munícipes, que tão denotadamente porfiaram pela autonomia, jamais se recusaram a cumprir os deveres correspondentes. Metrôpole e capital, Belo Horizonte recebia invariavelmente, o impacto de fatores oriundos das duas situações, que se traduziam em dificuldades e problemas para o governo local (BELO HORIZONTE, 1958a, p. 11).

O crescimento da população, ultrapassando largamente o índice vegetativo, assumia o aspecto de permanente desafio à capacidade da administração do município. Ao lado das limitações de rendas geradas pela discriminação constitucional, esse crescimento populacional era um dos grandes fatores de defasagem da capacidade de resposta dos poderes públicos locais às necessidades sociais de serviços públicos. Em 1956, Belo Horizonte já possuía 482 084 habitantes e teve um acréscimo de 24 461 habitantes em um ano (BELO HORIZONTE, 1958a, p. 11-13).

Em 1958, o aparelho arrecadador da prefeitura se encontrava em situação precária. O setor de finanças municipais mereceu da administração do prefeito Celso Melo de Azevedo, esforço e atenção permanentes, já que era imprescindível recuperar a máquina administrativa para a execução do programa de trabalho planejado. Após acurado exame do comportamento das receitas e das despesas municipais e das causas negativas que aí atuavam, a administração pôde, de acordo com os princípios de justiça tributária e das limitações conhecidas, adotar uma política econômico-financeira com resultados imediatos e em longo prazo. A preocupação não foi simplesmente de elevar as receitas a níveis suportáveis pelos munícipes – inferior a 25% da renda social – mas especialmente a de conter os gastos públicos com a adoção dos princípios de parcimônia, racionalização e maior eficiência dos serviços municipais (BELO HORIZONTE, 1959b, p. 42-46).

No caso de Belo Horizonte, verificava-se que sua renda *per capita* estava aquém dos índices mínimos capazes de assegurar a manutenção dos serviços municipais. Isso era decorrência do processo de urbanização acelerado, somado à descentralização das atividades industriais que se deslocavam para as cidades industriais dos municípios de Contagem ou de Santa Luzia (BELO HORIZONTE, 1959b, p. 45).

Os serviços urbanos, como o abastecimento de água, esgotos e canalizações, limpeza urbana, transportes coletivos e a fiscalização, constituíam, até 1956, pesado sacrifício para o erário municipal, já que a arrecadação das taxas municipais correspondentes estava longe de cobrir seu custo industrial. Em 1957, graças ao reajuste de algumas taxas com critério mais justo, a prefeitura pôde equilibrar mais ou menos o custo dos serviços urbanos com as arrecadações realizadas (BELO HORIZONTE, 1959b, p. 9).

O prefeito Celso Melo de Azevedo deixou claro, no seu relatório de 1957, as intenções de seu governo de recuperar os princípios e valores democráticos no processo da gestão municipal. Para ele, as práticas administrativas e o processo social de reivindicações de demandas sociais deveriam andar juntos. Ponderava sobre a importância de abrir a administração municipal à opinião pública, às indagações dos munícipes, estabelecendo um processo permanente de integração ou participação comunitária por intermédio de grupos representativos da sociedade civil, ou seja, das corporações legítimas e atuantes. Para isso, o seu governo tentava, ainda, criar vários conselhos municipais que permitissem corresponder aos propósitos e esforços da administração pela busca das inspirações diretas do espírito comunitário na solução dos problemas urbanos. Acreditava, pois, que dessa forma conseguiria melhores resultados sociais e eficiência administrativa na busca de soluções dos problemas urbanos em termos de políticas públicas (BELO HORIZONTE, 1958b, p. 14-22).

Em 1957, a população da cidade de Belo Horizonte se reunia em corporações atuantes sob forma de entidades de classe, associações culturais, científicas, técnicas, profissionais, artísticas, filantrópicas, recreativas, de assistência e auxílio mútuo, de defesa de bairros e de vilas, de defesa e desenvolvimento de atividades legítimas dos cidadãos, enfim, de expressões corporativas da vida urbana. Os sindicatos dos bancos e a Sociedade dos Amigos de Belo Horizonte faziam igualmente parte dessas corporações. A participação da comunidade como elemento de integração do processo de governo constituía uma das preocupações do chefe do Executivo no propósito de atingir os objetivos do bem comum e elevar o tônus cívico da população, tornando-a colaboradora dos esforços do serviço público, no intuito de fortalecer assim a solidariedade comunitária e convivência cidadina (BELO HORIZONTE, 1958b, p. 15).

O espírito da comunidade evoluía de uma posição meramente de expectativa ou de ocasionais intervenções de protesto para um plano de participação ativa, aberto à opinião, ao

debate, à iniciativa e à conjugação clara e ostensiva de propósitos identificados aos da finalidade do governo. É claro que essa evolução se registrou graças ao encorajamento levado às corporações, disso resultando um terreno de confiança recíproca em que os cidadãos e órgãos administrativos puderam, juntos, equacionar problemas e conjugar esforços, tendo em vista apenas o interesse da cidade (BELO HORIZONTE, 1958b, p. 15).

Até 1957, foram criados o Conselho Municipal de Recreação Popular, o Conselho de Combate à Gastroenterite e, ainda sob tais inspirações de consulta direta à comunidade, foi igualmente reinstalado o Conselho Municipal de Esportes. Segundo o prefeito, os partidos políticos vinham concorrendo grandemente para a elevação do tônus cívico da coletividade urbana e para uma justa e equilibrada compreensão dos deveres da administração do município de Belo Horizonte. Sua população se reunia sob as mais variadas bandeiras partidárias. O propósito era ser justo e equânime em relação a todos, buscando uma administração apartidária, isenta e rigorosamente eqüitativa para todos os cidadãos (BELO HORIZONTE, 1958b, p. 14-17, 21).

As atividades do governo municipal – prefeito Amintas de Barros (1959-1963) – no exercício de 1959, se caracterizaram pela adoção de uma severa política de restrição de despesas, imprescindível para que a administração vencesse os difíceis óbices e pesados encargos que viriam. Apesar das dificuldades financeiras da prefeitura, a administração se preocupou em manter o ritmo dos investimentos públicos, adotando as providências mais urgentes para o fortalecimento das finanças municipais, inclusive a adoção de um Código Tributário Municipal (BELO HORIZONTE, 1960, seção 2, p. 1).

É inegável que no setor de obras públicas continuavam a atuar fatores negativos de ordem financeira, apesar de todas as medidas tomadas pela administração do prefeito Amintas de Barros entre 1959 e 1960. Os alentos dados ao erário foram rapidamente absorvidos pela ascensão das despesas e por compromissos de vulto. Esses dois últimos exercícios caracterizaram-se por sérias preocupações com o saneamento das finanças municipais e o concomitante prosseguimento dos serviços públicos. Em 1960, importantes medidas que redundaram no aumento da receita da prefeitura não puderam surtir o efeito desejado, em razão do custo de obras públicas e melhoramentos urbanos. O governo municipal, numa linha de severa poupança e intransigente rigor nos gastos do dinheiro público, não perdia de vista os interesses da comunidade de Belo Horizonte. Prosseguiria com devoção sua luta em prol das grandes reivindicações da capital mineira (BELO HORIZONTE, 1961, p. 58, 130).

Entre 1950 e 1967, houve o processo de metropolização de Belo Horizonte, caracterizado pelo início da formação da aglomeração metropolitana. Foram delineadas as marcas da estrutura urbana atual da região metropolitana (foto 7). O centro urbano passava por um processo de verticalização. As atividades terciárias, anteriormente concentradas no centro histórico, passavam a sofrer uma descentralização que acompanhava e acentuava também o processo de segregação social do espaço urbano. No final do período de 1950-1967, a forma pela qual o aglomerado de Belo Horizonte vivenciava seu processo de metropolização tornava-o carente dos serviços de habitação, transportes urbanos, água e esgotos. A administração municipal esgotava seus recursos para atender às demandas sociais (PLAMBEL, 1986, v. 1, p. 84, 93).

3.1 As reformas administrativas da prefeitura municipal em resposta ao processo de desenvolvimento urbano de Belo Horizonte

Desde o início de seu mandato (1940), o prefeito Juscelino Kubitschek de Oliveira (1940-1945) e os chefes dos serviços da prefeitura reconheciam a necessidade de uma reorganização administrativa dos serviços da prefeitura. Esses atores organizacionais percebiam que uma reforma se impunha no que concernia ao comportamento da receita e ao da despesa. Procurou-se, então, racionalizar os métodos de arrecadação, com o objetivo de aumentar as rendas municipais, sem gravame tributário, mediante maiores facilidades aos contribuintes. Com essa orientação, foi empreendida objetivamente a reorganização dos serviços fazendários da prefeitura. Iniciada a reforma dos serviços internos, o que se buscava era o funcionamento perfeito da máquina administrativa. Com efeito, o Decreto n. 96, de 4 de agosto de 1941, permitiu criar a Diretoria de Serviços Fazendários para supervisionar e unificar o comando financeiro geral dos negócios (serviços) da prefeitura, em busca da eficiente marcha da administração (BELO HORIZONTE, 1942, p. 87-89).

Em 1947, aos olhos do governador Milton Campos, a prefeitura necessitava de uma revisão completa no sistema administrativo. Desfigurado de sua primitiva organização, ele não se ajustava às necessidades do município. Assim, a prefeitura, ao mesmo tempo em que tomava providências imediatas para a solução dos problemas mais em foco, iniciava, por intermédio de uma comissão especial de técnicos, a reorganização geral dos seus serviços. Apesar de sua precária situação financeira, a municipalidade de Belo Horizonte vinha se empenhando no equacionamento dos problemas que reclamavam maior urgência na ação do governo (MINAS GERAIS, 1947, p. 198-201).



Foto 7: Parque Municipal Américo René Giannetti e a verticalização do centro de Belo Horizonte (MG). Em primeiro plano, a Alameda Ezequiel Dias, atual Hospital Semper e a Faculdade de Ciências Médicas em construção. Ao centro, à esquerda, Avenida Afonso Pena margeando o parque em direção ao atual Complexo da Lagoinha (rodoviária). À direita, o ribeirão Arrudas, a Avenida dos Andradas e o viaduto Santa Tereza. Ao fundo, à esquerda, Praça Raul Soares, e logo acima, trecho da Avenida do Contorno. Note-se, no alto, o crescimento desordenado dos bairros na zona suburbana com suas ruas estreitas e sinuosas, de tráfego congestionado. 1961. Museu Histórico Abílio Barreto. Coleção Belo Horizonte

O prefeito Otacílio Negrão de Lima preocupava-se com a elaboração de um plano de reorganização da política tributária que levasse em consideração o alto grau de expansão industrial e comercial do município. Propôs dividir a cidade em zonas e distritos de fiscalização de rendas para lograr maior racionalidade no lançamento de impostos. A descentralização técnico-administrativa criou residências nos setores norte, sul, leste e oeste. Cada uma se incumbiu da fiscalização das obras e da arrecadação da área urbana que lhe haviam sido atribuídas. Na reforma administrativa empreendida pela prefeitura, as diversas divisões foram redefinidas quanto às funções que deveriam exercer (PLAMBEL, 1979, p. 286).

Em 1947, Otacílio Negrão de Lima (1947-1951), procurou, com decisão e firmeza, enfrentar a situação financeira de sua administração, promovendo o necessário saneamento e melhorando o aparelho arrecadador. Para 1949, sua administração previa melhores perspectivas por meio da execução de obras públicas municipais que estimulariam as atividades produtoras e construtivas da capital (BELO HORIZONTE, 1949a, p. 3-4).

O prefeito afirmou em seu relatório que, ao iniciar a tarefa administrativa de seu governo, constatou-se como nociva ao município a excessiva centralização dos serviços da prefeitura. Para corrigir tal inconveniente, a reforma geral dos serviços, que em princípio seria posta em vigor a partir de janeiro de 1949, foi antecipada pelos decretos n. 6 e n. 7, baixados em 18 e 23 de fevereiro de 1947. O primeiro teve por escopo criar zonas e distritos de fiscalização de rendas para estabelecer critério mais eqüitativo no lançamento e na fiscalização de impostos. O segundo cuidou de dividir o município em cinco residências, inclusive as de obras, administração e arrecadação, localizadas no centro, norte, sul, leste e oeste da cidade. Baixando esses decretos, sua administração visava a descongestionar a administração, levando a todas as áreas da cidade a assistência permanente dos órgãos municipais. Com a criação das residências de obras, às quais se conferiu certa autonomia, objetivou a administração descentralizar técnica e administrativamente a execução das obras municipais. Cada residência ficou incumbida dos serviços de administração, fiscalização de obras e arrecadação na área que lhe foi atribuída (BELO HORIZONTE, 1949a, p. 5).

Tendo sido revogada a reforma de 1947, por deliberação da Câmara Municipal, foi constituída uma comissão de destacados funcionários municipais para avaliar a nova estrutura organizacional da prefeitura municipal. O trabalho final dessa comissão foi o estudo das bases da reforma, consubstanciado na Lei n. 51, de 21 de novembro de 1948, que só entraria em vigor em janeiro de 1949 (BELO HORIZONTE, 1949a, p. 7-10). É importante saber aqui que, com o fim da subordinação da prefeitura ao estado, foi organizada a Câmara Municipal por meio do Decreto-Lei n. 213, de 22 de novembro de 1947 (ARQUIVO PUBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2002, v. 1, p. 125).

De acordo com tal reforma, os diversos serviços internos da prefeitura passaram a ter a seguinte organização, com as respectivas denominações: Secretaria, Departamento Jurídico, Departamento de Administração, Departamento da Fazenda, Departamento da Engenharia, Departamento de Assistência e Saúde, Departamento de Educação e Cultura, Departamento

de Abastecimento e Contadoria. O Departamento de Engenharia era um dos mais importantes da prefeitura, compreendendo três divisões, cinco residências e o Serviço de Expediente. A Divisão de Obras compreendia três seções: Técnica, Construções Particulares, Urbanismo e Topografia. A Divisão de Águas possuía duas seções: Águas, Esgotos e Saneamento. A Divisão de Viação e Estradas se ocupava dos transportes coletivos, da pavimentação urbana e estradas, da produção e recuperação e da garagem, oficina e olaria. Por outro lado, o Departamento de Abastecimento ficou formado pelas seções de Abastecimento, Arborização, Parques e Jardins (BELO HORIZONTE, 1949a, p. 9-10).

Na administração do prefeito Américo René Giannetti (1951-1954), o trabalho de reorganização administrativa da prefeitura – iniciado em junho de 1951 – sob a orientação técnica do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), compreendia o exame geral da organização estrutural dos serviços da prefeitura, o estudo da organização e funcionamento dos departamentos de Administração e da Fazenda e a redistribuição das funções, as novas rotinas de trabalho, os instrumentos e meios de ações necessários à implantação da nova estrutura organizacional e o treinamento de pessoal para os novos processos de trabalho. Em janeiro de 1952, o trabalho se encontrava em sua fase de elaboração da nova estrutura organizacional dos serviços municipais (BELO HORIZONTE, 1952, p. 8-9).

O trabalho de reorganização administrativa da prefeitura permitiu criar uma série de departamentos, como o de Engenharia, o do Abastecimento, o de Bondes e Ônibus e o de Limpeza, Parques e Jardins. De fato, a Lei n. 147, de julho de 1950, organizou, sob forma de autarquia, o Departamento de Bondes e Ônibus. A Lei municipal n. 51, de 21 de novembro de 1948, que dispunha sobre a reforma dos serviços da prefeitura, permitiu a criação do Departamento de Engenharia e do Departamento de Abastecimento ao qual foi vinculada a Seção de Arborização. Em março de 1951, a Portaria n. 288 retirou do Departamento de Abastecimento a Seção de Arborização e os Serviços Agronômicos e subordinou-os diretamente ao prefeito. A Lei n. 254, de novembro de 1951, criou os departamentos de Limpeza e de Parques e Jardins (ARQUIVO PUBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE, 2002, v. 1, p. 151-177).

O Departamento de Engenharia, apesar do vulto das tarefas a seu cargo, padecia de inúmeras deficiências que embaraçavam a expansão de suas atividades normais e impediam

a participação do órgão em empreendimentos de vulto. A descentralização dos serviços era incompleta. Com efeito, importantes providências foram tomadas, em 1951, com a finalidade de melhorar as condições de eficiência e produtividade do departamento. Sua estrutura, estudada e revista, tornou-se objeto de deliberação da Câmara Municipal quanto ao debate do projeto da reestruturação dos serviços (BELO HORIZONTE, 1952, p. 86).

No início de 1952, o Executivo municipal já havia concluído o amplo estudo, iniciado em junho de 1951, concernente à estrutura e ao funcionamento dos serviços da prefeitura, em suas diversas fases, especialmente a de planejamento da nova organização administrativa. Na realidade, tratava-se de uma proposta de reforma administrativa. O projeto de lei sobre a nova organização administrativa, submetido à consideração da Câmara Municipal, sem pretender introduzir reformas radicais e consagrar inovações avançadas, visava, no entanto, estabelecer uma situação de equilíbrio entre os diversos setores de trabalho da prefeitura. A administração vinha procurando, com a autorização legislativa e o respaldo do artigo 129 da Lei n. 51, de 21 de novembro de 1948, corrigir as falhas observadas no seu funcionamento e adaptar-se às contingências daquela época, pelo reagrupamento das funções em unidades de serviços homogêneas (BELO HORIZONTE, 1953, p. 24-27).

Assim, o Departamento de Obras e Edificações resultou do desmembramento do então Departamento de Engenharia, com a ampliação e a criação de um novo departamento: o de Águas e Esgotos. O Departamento de Obras e Edificações compreenderia as divisões de Obras Públicas, de Edificações e de Estradas de Rodagem e, ainda, a Seção de Administração. A primeira divisão teria a seu cargo as tarefas de estudos e projetos e de execução de obras públicas. Já na Divisão de Edificações seriam tratados os problemas de urbanização de áreas particulares, de exame e aprovação dos projetos de construções particulares, da fiscalização de sua execução (BELO HORIZONTE, 1953, p. 25).

A criação do Departamento de Águas e Esgotos se impunha em face da magnitude do problema de abastecimento de água e o de esgoto. O crescimento vertiginoso da capital e de sua população já não admitia que os serviços de água e esgotos permanecessem atrofiados, em situação hierárquica inferior e dentro de um Departamento de Engenharia com finalidade diversamente dirigida para aqueles problemas de que o novo departamento iria tratar com autonomia. Teria ele duas divisões: a de Águas e a de Esgotos, além de uma Seção de Estudos e Projetos, de um laboratório de análises e pesquisas e de uma Seção de Administração. Essa última serviria de elo

do sistema de administração a ser estabelecido pelo Departamento de Administração (BELO HORIZONTE, 1953, p. 26).

O Departamento de Limpeza foi criado em virtude do incremento e do vulto de suas atividades, merecendo, pois, no projeto proposto, uma estrutura compatível com as atribuições que lhe eram próprias. Compreenderia os setores de Serviço de Coleta Domiciliar de Lixo, de Limpeza Pública, de Apreensão de Animais, de Transporte e Motomecanização, de Oficinas de Montagem e Manutenção e, finalmente, a Seção de Administração (BELO HORIZONTE, 1953, p. 26).

O Departamento de Parques e Jardins e Arborização foi criado em razão da homogeneidade de certas funções de natureza agrônômica que reclamavam, pelo seu vulto e intensidade, um tratamento especial perante os demais grandes setores de ação local. O projeto, a exemplo do que aconteceu com o Departamento de Limpeza, somente procurou estruturar seus diferentes serviços, entrosando-os na máquina administrativa da prefeitura, com nomenclatura específica de cada setor de atividade: Serviço de Parques, Jardins e Lagos, Serviço de Orientação e Fomento, Jardim Zoológico e ainda uma Seção de Administração (BELO HORIZONTE, 1953, p. 26).

A constituição deferiu ao município poderes para explorar os serviços públicos de interesse local. Alguns poderiam passar ao domínio de particulares. Na cidade de Belo Horizonte eram especificadamente os serviços públicos concedidos: o de transporte coletivo por ônibus e lotações, o de telefonia urbana, o de força e luz – todos sujeitos à fiscalização da municipalidade. Na estrutura organizacional da prefeitura em 1953, a fiscalização do primeiro serviço estava sob a responsabilidade do Departamento de Bondes e Ônibus, autarquia municipal. Já a fiscalização dos demais serviços, as concessões de bens do domínio público, de arrendamento de pedreiras e olarias, bem como de licenças para exploração de postos de distribuição de combustíveis líquidos e a fiscalização de rendas e posturas municipais, estavam a cargo do Departamento de Fiscalização, órgão recém-criado pela Lei n.333, de 23 de maio de 1953. Esse último departamento foi instalado pela administração do prefeito Américo Giannetti com o intuito de unificar e disciplinar a ação fiscalizadora da prefeitura, anteriormente dissociada e dispersa por diversos órgãos municipais (BELO HORIZONTE, 1954, v.1, p. 65).

Em 1955, a prefeitura de Belo Horizonte carecia de modificações em sua estrutura organizacional e de funcionamento de suas áreas administrativas. Algumas modificações já haviam

sido tentadas nas administrações precedentes, mas os resultados não chegaram a constituir justa recompensa aos esforços promovidos. As enormes dificuldades financeiras, a ausência quase total de elemento humano especializado, o acentuado relaxamento de autoridade, a falta de órgãos de planejamento, coordenação e controle e a falta de aparelhamento de numerosos serviços eram elementos a compor o quadro pouco animador, mas que serviam, por outro lado, para traçar rumos para o trabalho da prefeitura (BELO HORIZONTE, 1956, p. 5-6).

Para a administração do prefeito Celso Melo de Azevedo (1955-1959), o elemento humano haveria de se tornar ponto de convergência de permanente esforço de recuperação, dado que tudo dependeria mais dele. O homem continua sendo a medida de todas as coisas. Cumpriria, pois, recrutá-lo bem para o desempenho do serviço público municipal e treiná-lo permanentemente, bem como aqueles do quadro geral da administração, sob pena de se tornar inacessível o ideal de uma máquina administrativa bem construída, ajustada e eficiente (BELO HORIZONTE, 1956, p. 6).

Em 1955, o prefeito afirmou, no seu relatório de atividades, que encontrou a prefeitura em dificuldades financeiras e que a falta de cumprimento das obrigações fiscais por numerosos contribuintes fez com que a receita arrecadada fosse inferior à receita orçada. Com efeito, a Câmara municipal, diante das pesadas responsabilidades, buscou logo trabalhar em sinergia dando real apoio ao Executivo municipal. Para reverter essa situação, a prefeitura começou pela diminuição de 250 funcionários do seu quadro de pessoal. Procurou desenvolver um programa de capacitação de seus recursos humanos em busca de eficiência administrativa (BELO HORIZONTE, 1956).

Buscava-se uma estruturação mais racional dos serviços municipais, por meio de afinadas regulamentações, visando, com essas medidas, a um perfeito funcionamento dos diversos órgãos da administração. As providências de ordem interna destinaram-se a permitir a mudança do panorama do trabalho funcional para maior rendimento. Os frutos da medida revelaram-se bastante compensadores, além de apresentarem maiores perspectivas (BELO HORIZONTE, 1956).

No programa de treinamento dos servidores da prefeitura, por força de convênio assinado com a International Cooperation Administration (ICA), dez servidores municipais, recrutados dos diversos setores da administração, estavam, já, em 1955, recebendo

treinamento especializado nos Estados Unidos. A Fundação Getúlio Vargas, por intermédio da Escola Brasileira de Administração Pública (Ebac), vinha colaborando decisivamente com esse programa, capacitando 101 servidores em 1955. A ênfase dada ao treinamento do servidor municipal se justificava pela busca de racionalização das práticas administrativas, pelo alcance dos princípios de planejamento, coordenação e controle, bem como pela revisão de rotinas administrativas ineficazes, do marasmo e da estagnação (BELO HORIZONTE, 1956, p. 6-7).

Por outro lado, a importância da preparação do elemento humano para as tarefas complexas exigidas pela administração pública moderna foi reconhecida e prestigiada pela administração do prefeito Celso Melo de Azevedo em 1956. Essa administração pensava que, por meio do treinamento e aperfeiçoamento de seus servidores, a municipalidade poderia alcançar o ideal da racionalização de sua máquina administrativa, com a eliminação gradativa do esforço inútil, da duplicação de tarefas e da necessidade de admissão de novos servidores. Somente por intermédio desse instrumento e com uma política eficaz de admissão, a municipalidade poderia contar com o elemento humano indispensável ao desenvolvimento de seus serviços em benefício da coletividade (BELO HORIZONTE, 1958a, p. 21, 24).

Com a melhoria do nível técnico do pessoal, a administração pôde realizar, em 1956, diversos estudos sobre a estrutura e o funcionamento dos serviços municipais e agilizar programas de simplificação de trabalho em diversos setores. Ela entrou, dessa maneira, na segunda fase dos trabalhos aos quais se propôs para alcançar a racionalização e maior eficiência dos serviços municipais (BELO HORIZONTE, 1958a, p. 31).

Em 1957, os estudos sistematizados de reorganização administrativa foram confiados a funcionários municipais treinados pela prefeitura sob a supervisão de técnicos estrangeiros e brasileiros. Implantaram-se novas normas de trabalho, reaparelharam-se os setores da prefeitura e procurou-se treinar o pessoal para a implantação das novas idéias. Em matéria de reorganização administrativa, o grande trabalho constituía no estudo pormenorizado da estrutura e do funcionamento de vários departamentos, para a elaboração do projeto do novo organograma, que se encontrava em fase final. A preocupação dominante era dar à máquina administrativa possibilidades de rendimento máximo mediante melhor estrutura e entrosamento dos diversos órgãos da prefeitura. Durante 1957, técnicos americanos se empenharam no estudo da revisão da estrutura administrativa da prefeitura com elevado senso pragmático e espírito de colaboração (BELO HORIZONTE, 1958b, p. 21, 50-55).

3.2 Instrumentos e processos da gestão municipal e do planejamento urbano

No relatório apresentado ao governador, o prefeito Otacílio Negrão de Lima (1935-1938) afirmou que, para o período 1935-1936, imprimiu ao Plano de Obras Públicas uma tríplice orientação de conforto, embelezamento e utilidade imediata. Era assim que procurava dotar a cidade de recursos de bem-estar individual ou coletivo, capazes de atrair e fixar a população. E, igualmente, as obras relativas à estética urbana e ao saneamento que asseguravam a saúde pública faziam parte da agenda das ações e prioridades da prefeitura (BELO HORIZONTE, 1937, p. 5).

Durante o governo de José Oswaldo de Araújo (1938-1940), o urbanista Lincoln Continentino, como consultor técnico da prefeitura, foi responsável pela elaboração do Plano de Urbanismo da Cidade, uma atribuição dada anteriormente à Comissão Técnica Consultiva de Belo Horizonte. Segundo Continentino, o exato conhecimento da realidade municipal era uma condição básica para qualquer plano de urbanismo. Portanto, nessa direção, foi autorizada pelo prefeito a execução de diversos serviços técnicos, dentre eles a elaboração da Planta Cadastral da cidade, o levantamento dos terrenos e benfeitorias da prefeitura e também a elaboração da planta das redes de água e de esgotos sanitários e pluviais. Embora não tivesse sido implantado na sua totalidade, o Plano de Urbanização da cidade de Belo Horizonte continha amplo espectro de intervenções, especialmente quanto à abertura ou ao prolongamento de eixos viários, como as avenidas radiais e sanitárias, o zoneamento e a indução dos usos nos espaços da cidade (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001, v. 1, p. 148-149).

Aos olhos de Castriota e Passos (apud FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001, v.1, p. 150), o Plano de Urbanização reunia um conjunto sistemático de diretrizes que previam uma minuciosa reforma da cidade, mantendo-se sem grandes alterações sua estrutura urbana geral. Assim, o plano de Continentino tinha como pólo articulador a centralização da cidade no seu perímetro, sem aprovação de novos projetos de subdivisão de terrenos fora desse perímetro. Na área urbana delimitada por esse perímetro, o plano propunha uma ampla reestruturação do sistema viário, com um ambicioso Plano das Grandes Avenidas, que ligaria a zona urbana à suburbana e a cidades vizinhas, configuraria um sistema de artérias radioconcêntricas e projetaria uma segunda periférica envolvendo a avenida do Contorno. As soluções técnicas apontadas por Continentino foram incorporadas pelas administrações posteriores.

Consoante com as propostas do urbanista Lincoln Continentino, a gestão de Juscelino Kubitschek na prefeitura de Belo Horizonte [1940-1945] estabeleceu uma linha de continuidade com as administrações anteriores, acentuando o caráter modernizante que vinha caracterizando as iniciativas do Poder Público. Uma das primeiras iniciativas foi dar prosseguimento ao “Plano das Grandes Avenidas”. (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001, v. 1, p.150)

A Planta Cadastral da cidade não correspondia à realidade e, a cada momento, a administração se via forçada a fazer trabalhos topográficos de emergência para atender às necessidades dos serviços da receita, patrimônio, obras, águas e esgotos, transportes coletivos, urbanização de áreas. Quanto à cobrança do imposto territorial urbano e predial, o atraso da Planta Cadastral vinha trazendo graves dificuldades aos serviços de lançamento, engendrando desentendimentos, às vezes deploráveis, entre a administração e os contribuintes (BELO HORIZONTE, 1942, p. 91).

Os trabalhos de atualização da Planta Cadastral de Belo Horizonte foram considerados medida indispensável à reorganização dos serviços fazendários. Portanto, os serviços relativos à zona urbana deveriam estar concluídos no começo de 1943. A prefeitura decidiu contratar uma empresa especializada para a execução dos trabalhos. Além da Planta Cadastral, na escala de 1: 1 000, tal contrato estipularia, ainda, a organização de uma planta de conjunto da cidade, na escala de 1: 2 500, e outra, do município, na escala de 1: 5 000. Essa última abrangeria igualmente a zona de expansão da cidade (BELO HORIZONTE, 1942, p. 91-92).

Com tais elementos, poder-se-ia organizar, então, um plano de urbanização completo e preciso, adaptando-se ao terreno, tanto quanto aconselhável, os estranhos traçados de vilas já aprovadas, a fim de evitar que a capital continuasse a se desenvolver desordenadamente, com prejuízos incalculáveis de toda a ordem e em contraste chocante com o núcleo inicial planejado (foto 8) com carinho e visão. Era objetivo da administração utilizar, em 1943, o cadastro para a reforma dos serviços da renda imobiliária (BELO HORIZONTE, 1942, p. 92-93).

No relatório de atividades de 1951, apresentado à Câmara municipal, o prefeito Américo Renê Giannetti (1951-1954) expôs as linhas estruturais de seu Plano-Programa de Administração. Aos olhos do prefeito, elas seriam naturalmente postas em confronto com a situação da municipalidade, sofrendo adaptações reclamadas pelas realidades administrativas.

Nesse plano, o prefeito condensou todas as medidas julgadas indispensáveis às soluções dos grandes problemas urbanos e à melhoria das condições de vida da população. Tal plano marcou efetivamente o início de um novo período de governo, graças à receptividade da Câmara Municipal e aos debates que suscitavam o devido esclarecimento da opinião pública sobre questões relevantes para o progresso de Belo Horizonte. O prefeito reiterou ainda que o trabalho de ordenamento da administração municipal havia consumido muitos meses. Em todos os departamentos da prefeitura havia falhas sensíveis reclamando urgentes providências tanto para a moralização dos serviços públicos quanto para sua própria eficiência (BELO HORIZONTE, 1952, p. 3-4).

Portanto, o Plano-Programa de Administração, consubstanciado na Lei n. 230, de 31 de agosto de 1951, correspondia bem aos anseios gerais da população e já se encontrava em fase de implementação, iniciando, em 1951, as obras de regularização do abastecimento de água, de melhoria das condições de vida nas vilas e subúrbios, de ampliação do sistema de transportes coletivos e de melhoria da assistência social. Ele abria à cidade novos horizontes, estimulando a capacidade empreendedora de sua população (BELO HORIZONTE, 1952, p. 6).

Por outro lado, o Serviço do Plano Diretor da cidade de Belo Horizonte foi criado pela Lei n. 232, de 8 de setembro de 1951. Para assegurar a perfeita consecução dos objetivos dessa seção da prefeitura, foi convocada a colaboração de técnicos eminentes, como o urbanista Francisco Prestes Maia, que seria, a princípio, o consultor da Comissão Executiva do Serviço do Plano Diretor, o arquiteto Oscar Niemeyer e o paisagista Burle Marx. Esses especialistas estiveram em Belo Horizonte para opinar sobre os magnos problemas de urbanismo que já estavam sendo sanados pela administração (BELO HORIZONTE, 1952, p. 14).

Dentre as atribuições do Serviço do Plano Diretor foi prevista a realização de estudos e planejamentos que compreendiam os aspectos relacionados ao cadastro imobiliário; à supervisão da Planta Cadastral; ao zoneamento de áreas residenciais, comerciais, industriais, agrícolas, universitárias, hospitalares e centros administrativos; às construções particulares e gabaritos de prédios; aos núcleos residenciais e cidades-jardins; e ao traçado de grandes avenidas e demais logradouros públicos (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001, v. 1, p. 190).



Foto 8: Vista parcial da Praça Sete de Setembro, centro de Belo Horizonte (MG). Em primeiro plano, a praça traçada no cruzamento das avenidas Afonso Pena e Amazonas. Ao centro, Rua Rio de Janeiro, Avenida Amazonas e Rua dos Carijós. Do centro para o alto, Avenida Amazonas em direção à zona oeste (Gameleira) da Capital. Ao fundo, à direita, Praça Raul Soares. Ao alto, bairros Lourdes, Santo Agostinho e Barro Preto na zona Oeste. Notem-se linhas de bondes e a arborização da praça. 1940-1945. Museu Histórico Abílio Barreto. Coleção Belo Horizonte

A criação do Serviço do Plano Diretor na estrutura organizacional da prefeitura, conforme o Plano-Programa de Administração, era providência inadiável para restabelecer a continuidade do planejamento, superiormente estabelecido pela Comissão Construtora da capital. Dada a inexistência de serviço dessa natureza na prefeitura por mais de 40 anos, seria de sua responsabilidade a expansão desordenada na zona suburbana de bairros e vilas que surgiam em desacordo com o princípio de um plano urbanístico orientado. Cumpriria igualmente ao Serviço do Plano Diretor corrigir as deficiências urbanísticas da capital com o planejamento dos novos núcleos de habitação de acordo com os requisitos exigidos (BELO HORIZONTE, 1953, p. 22).

No correr de 1952, continuavam em ritmo acelerado os trabalhos de atualização da planta cadastral, em escala de 1: 1 000, com os serviços de campo, de cálculo e desenho, a fim de que estivesse concluída no menor prazo possível, o que permitiria a organização de

uma planta de conjunto da cidade, em folhas parciais, na escala de 1: 1 000, e plantas de quarteirões na escala de 1: 250. A conclusão desse trabalho, com as modificações operadas e sua conseqüente divulgação, traria, imediatamente, benefícios incalculáveis para a organização de vários serviços da prefeitura que vinham reclamando essa providência há muito tempo. Ademais, disponibilizaria aos urbanistas a documentação exigida para a elaboração do Plano Diretor da capital. Os trabalhos empreendidos pela prefeitura até 31 de dezembro de 1952 estimaram a existência de 68 000 prédios na capital. O Serviço do Plano Diretor da prefeitura havia cadastrado 25 470 prédios. A prefeitura procedeu ao levantamento de todas as atividades urbanas e serviços públicos e contou com a elaboração do cadastro urbanístico, indispensável ao estabelecimento das leis de zoneamento (BELO HORIZONTE, 1953, p. 22-23).

O Serviço do Plano Diretor, definitivamente integrado à nova estrutura organizacional da prefeitura por força de Lei n. 333, de 23 de maio de 1953, tinha várias atribuições, especialmente no que concernia à elaboração, orientação e fiscalização dos planos diretores da capital, da vila de Venda Nova e dos povoados na zona rural, à realização de estudos e ao planejamento dos diversos problemas urbanos indicados na referida lei. O Serviço do Plano Diretor pôde continuar a obra iniciada, após a sua criação em 1951, graças aos recursos financeiros deferidos pela administração do prefeito Américo Giannetti. Suas atividades no correr do ano de 1953 convergiam, principalmente, nas seguintes direções: prosseguimento da atualização da planta cadastral em escala de 1: 1000, execução do levantamento aerofotogramétrico do município, elaboração de projetos para o alargamento das avenidas Pedro II e Antônio Carlos (BELO HORIZONTE, 1954, v.1, p. 12).

As primeiras medidas requeridas pelo Serviço do Plano Diretor da cidade de Belo Horizonte foram os estudos das grandes avenidas radiais e de uma nova avenida perimetral, que teriam a finalidade de interligar os diversos pontos da cidade, independentemente da travessia no centro urbano da capital, evitando os congestionamentos e permitindo o acesso fácil às estradas que atravessavam o município. Os resultados dos trabalhos realizados pelo Serviço do Plano Diretor no tocante à construção das avenidas radiais, viriam permitir, em definitivo, a fluidez do tráfego no município e um crescimento urbano mais compatível com as normas de urbanização (BELO HORIZONTE, 1954, v.1, p.9-12).

As diretrizes traçadas pelo Serviço do Plano Diretor – órgão da prefeitura – permitiram melhor aplicação dos recursos destinados à execução de obras públicas em Belo

Horizonte e orientação do crescimento vertiginoso por meio de normas técnicas. Com o apoio de diversos órgãos da prefeitura, esse órgão elaborou o cadastro de árvores do Parque Municipal e realizou o levantamento, os cálculos e o desenho do Horto Municipal (BELO HORIZONTE, 1956, p. 10).

A administração do prefeito Celso Melo de Azevedo (1955-1959), já no seu último ano de governo, em 1958, fez alusão à importância e à necessidade de continuidade, nas gestões posteriores, das medidas do Programa Básico concebido em 1955. Das recomendações desse plano, destacaram-se as da capacitação do servidor público, a implantação da lei de zoneamento, a elaboração dos planos diretores do município, a instalação e o aperfeiçoamento de órgãos especializados de planejamento, coordenação e controle, a utilização do orçamento como instrumento de coordenação e controle com o aperfeiçoamento do orçamento-programa, a integração da sociedade civil na obra do governo municipal – o povo não poderia ser um estranho na prefeitura – a adoção de vigorosa política de fiscalização dos serviços urbanos concedidos, enfim, a adoção da nova estrutura administrativa, com descentralização do processo decisório e vigorosa centralização do controle. Essa estrutura previa a inclusão do Conselho de Planejamento Urbanístico, do Conselho de Contribuintes e do Conselho de Fiscalização de Concessões (BELO HORIZONTE, 1959b, p. 71-73).

Uma das iniciativas mais arrojadas e importantes em toda a vida administrativa de Belo Horizonte foi, sem dúvida, o Cadastro Imobiliário e Profissional, que a administração do prefeito Celso Melo de Azevedo decidiu realizar em novembro de 1957. O objetivo fundamental desse cadastro era recolher dados que permitissem fixar os benefícios na região – área e seção – em decorrência da ação governamental (pavimentação asfáltica e poliédrica, meio-fio, água, esgotos, transportes, escolas, centro social). Outro objetivo era fornecer a base de informações para o Plano Diretor. Esse plano iria estabelecer as linhas mestras para o crescimento urbano harmonioso de Belo Horizonte. Nele foram previstas áreas para hospitais, escolas, indústrias, centros sociais, *playgrounds*, parques, praças, igrejas (BELO HORIZONTE, 1959b, p. 68-69).

Outro estudo que serviria como insumo de dados e informações e instrumento básico para a elaboração dos planos diretores de Belo Horizonte foi a análise metódica da estrutura urbana, que ficou a cargo da Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas ao Complexos Sociais (Sagmacs), do grupo de Economia e Humanismo, sob a orientação do padre

Lebret. A pesquisa tinha por objetivo básico elaborar os instrumentos e fornecer dados necessários ao estabelecimento das normas de urbanismo e de planejamento regional na linha de perspectiva de desenvolvimento da aglomeração. Para atingir esses objetivos, foram estudados, em 1958, os aspectos da população, da estrutura urbana, e feitas as análises técnicas e metodológicas de zoneamento e dimensionamento das áreas urbanas (BELO HORIZONTE, 1959b, p. 69-70).

Em 25 de abril de 1958, o prefeito Celso Melo de Azevedo enviou o projeto de lei à presidência da Câmara Municipal propondo o contrato com a Sagma. Com efeito, seus trabalhos em Belo Horizonte foram realizados em 1958 e 1959, quando foram avaliadas as estruturas básicas da cidade a partir de sua divisão em 56 unidades de análise. Dentre os principais problemas apontados pelo diagnóstico, destacaram-se os relativos ao crescimento urbano rápido e desordenado, à concentração extrema de bens e serviços no centro da cidade, à subutilização dos sistemas de transportes coletivos sem aproveitamento como instrumento da estruturação da cidade, enfim, à falta de hierarquização das vias de tráfego na área interna à avenida do Contorno (SAGMACS, 1959, apud FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001, v. 1, p. 211-213).

A Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (Sagma), empresa contratada pela prefeitura para os estudos da aglomeração metropolitana, salientou que a atuação do poder público municipal deveria realizar-se em duas direções: regulamentando a ocupação e a expansão da área urbana e equacionando os serviços municipais relativos às necessidades da população. Para tanto, era necessário aperfeiçoar a estrutura administrativa do município, iniciando a promoção dos meios para a realização das medidas de ordenamento urbano, efetivando as seguintes mudanças:

- a) descentralização da estrutura, sendo essa subordinada ao regime de planificação;
- b) criação da Secretaria Geral como órgão auxiliar do prefeito;
- c) divisão do município em oito subprefeituras para fins administrativos;
- d) criação de uma junta de planificação municipal, que seria o órgão coordenador da política de desenvolvimento do município;
- e) utilização da legislação tributária para fins de planificação;
- f) criação de um conselho de contribuintes para atuar como órgão disciplinador das relações entre a Fazenda municipal e os contribuintes;

g) zoneamento orgânico e funcional da área metropolitana de Belo Horizonte;

h) constituição de uma comissão intermunicipal para avaliar os problemas dos municípios da aglomeração metropolitana, adotando as soluções necessárias por meio de consórcios ou convênios (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001, v. 1, p. 213).

A administração do prefeito Amintas de Barros (1959-1963) pensava que, por meio da implementação do Plano-Programa de atividades poder-se-ia prestar relevantes serviços à comunidade de Belo Horizonte. Esse plano previa uma série de ações e medidas, notadamente as relativas à capacitação dos servidores municipais como condição de incremento da máquina administrativa, à revisão do Código de Obras e do Código Sanitário, à reestruturação do Serviço do Plano Diretor da prefeitura, ao fortalecimento do aparelho arrecadador da Prefeitura, à permanente vigilância na fiscalização dos serviços dados às concessionárias, à industrialização do lixo domiciliar e à descentralização do processo decisório e centralização do controle como condição básica para a dinamização da máquina burocrática (BELO HORIZONTE, 1960, seção 11, p. 1-2).

O Serviço do Plano Diretor da prefeitura carecia de uma estrutura que lhe permitisse ações e da definição do seu verdadeiro papel na solução dos problemas municipais. Apesar disso, esse órgão realizou, em 1959, estudos de maior relevância, alguns dos quais proporcionavam contribuições valiosíssimas para os problemas urbanos de Belo Horizonte. Esses estudos referiam-se à compatibilização ou interligação dos planos das avenidas da cidade com as rodovias em construção, em busca da solução do tráfego que as percorria, inclusive descongestionando o centro urbano de Belo Horizonte (BELO HORIZONTE, 1960, seção 10, p.1-2).

O contrato para a realização do Plano Diretor fora assinado em 29 de julho de 1961, ainda na administração do prefeito Amintas de Barros (1959-1963), e sua elaboração, confiada à Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (Sagmacs). Buscava-se, por meio do plano, possibilitar a execução de medidas que promovessem o bem-estar crescente da população. A orientação geral do plano ressaltava a necessidade de evitar uma distribuição rígida de usos e funções (cada área urbana com uma única destinação), pois o equilíbrio e a organicidade do tecido urbano deveriam ser obtidos com diferentes

combinações de usos e funções. Esse plano previa a atuação, sobretudo, nos seguintes aspectos: na forma de expansão urbana, no sistema viário, na descentralização das funções urbanas, na implantação industrial e localização das áreas verdes (FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001, v. 1, p. 214-217).

Ao final da proposta do Plano Diretor, indicou-se a necessidade de sua complementação, com uma proposta de criação de um sistema de integração efetiva dos poderes públicos dos municípios cujas áreas urbanas se integrassem à área da capital mineira (Contagem, Sabará e Santa Luzia). Seria uma proposta relativa à região metropolitana, na qual o planejamento urbano consideraria essas áreas. Apesar da modernidade e do avanço do Plano Diretor elaborado pela Sagemacs, sua concretização não se efetivaria naquele momento, sobretudo pela falta de vontade política, aliada a problemas financeiros da administração municipal (SAGMACS, 1961, p. 27 apud FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001, v. 1, p. 217).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações finais estão organizadas segundo análise de temas relativos ao processo das reformas administrativas implementadas pela prefeitura de Belo Horizonte, aos instrumentos e processos da gestão municipal e da prática do planejamento urbano e ao processo de organização do espaço urbano da cidade de Belo Horizonte.

Desde o período da construção da nova capital mineira (1894-1897), já se percebia o grande interesse do estado, sua esperança e confiança no êxito desse grande empreendimento confiado a Aarão Reis, engenheiro-chefe da Comissão Construtora da Nova Capital. Em 1894, numa linha do positivismo, o que se buscava na administração do presidente do estado, Crispim Jacques Bias Fortes, era o progresso, o desenvolvimento e a prosperidade de Minas Gerais. Com efeito, em 1895, foi aprovada a Planta Geral da Nova Capital.

Na verdade, o que se verificou no processo de evolução urbana da cidade de Belo Horizonte até 1960 foram mecanismos regidos por uma lógica de crescimento urbano galopante e desordenado. Esse fenômeno tornou-se objeto de preocupações dos tomadores de decisões, atores políticos e das lideranças locais, que não conseguiam responder de maneira eficiente e eficaz ao volume das demandas de uma sociedade civil pouco organizada.

A pesquisa básica, que originou este trabalho, situou as três grandes tentativas de se realizar um planejamento mais sistemático da cidade com o desafio de responder ao crescimento vertiginoso da capital: o Plano da Comissão Construtora, coordenado por Aarão Reis, em 1895; o Plano de Urbanização de Belo Horizonte, de Lincoln Continentino, em 1934; e o Plano Diretor preparado pela Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (Sagmacs), em 1961. Eles representam momentos distintos da trajetória da relação dialética entre a produção do espaço urbano e os processos de gestão municipal e de planejamento em Belo Horizonte.

Em todo o período histórico analisado (1894-1960), percebeu-se nos relatos e nas argumentações de alguns prefeitos e presidentes ou governadores do estado, o desafio da busca do desenvolvimento econômico e social e da modernidade no processo de evolução urbana da capital mineira. Esse fator, aliado ao crescimento populacional descontrolado, ao processo de crescimento urbano vertiginoso e à falta de instrumentos e ações eficazes de planejamento

municipal, coordenação e controle, poderia explicar as razões pelas quais a capital apresentou, já em 1960, graves problemas e contradições de naturezas financeira, espacial e social-urbana, em inobservância aos princípios e às normas do urbanismo. O poder público, representado mais expressivamente pelo governo municipal, com o apoio e a cooperação do governo estadual, desempenhou papel importante no acompanhamento e no controle do planejamento do desenvolvimento municipal de Belo Horizonte.

Todos esses fatores contribuíram para legitimar as argumentações de alguns prefeitos, presidentes ou governadores do estado de Minas Gerais ao afirmarem que a prefeitura municipal de Belo Horizonte necessitava de se reorganizar administrativamente. A prefeitura precisava empreender reformas administrativas do Regulamento Geral dos seus serviços internos para responder, com presteza, às crescentes demandas dos serviços públicos municipais e aos processos de crescimento populacional vertiginoso e de desenvolvimento urbano da capital. O acelerado processo de expansão urbana se dava sempre, em descompasso com as ações de planejamento da prefeitura.

No plano das reorganizações ou reformas administrativas dos serviços internos implementadas pela prefeitura municipal de Belo Horizonte até 1960, algumas unidades administrativas foram extintas e outras, criadas em sua estrutura organizacional, por meio de mudanças das divisões em diretorias e das inspetorias em departamentos. Os objetivos e as ações mais relevantes dessas reformas buscavam:

- a) perfeita distribuição dos serviços e fixação de responsabilidades;
- b) melhoria dos serviços internos da prefeitura, com revisão das falhas dos regulamentos, de acordo com os novos reclamos dos munícipes;
- c) mudanças importantes no aparato burocrático, que deveria passar a atuar de forma mais racional, numa visão mais integrada;
- d) reorganização dos serviços fazendários da prefeitura, mediante a racionalização dos métodos de arrecadação tributária, na busca do aumento das rendas municipais, da eficiência organizacional e do funcionamento perfeito da máquina administrativa;
- e) ajuste do sistema administrativo da prefeitura às necessidades sociais do município. Em 1947, a prefeitura propôs a divisão do município em zonas e distritos de

fiscalização de rendas com o intuito de obter maior racionalidade no lançamento e na fiscalização de impostos. Sua divisão em “residências” permitiria a assistência técnica dos órgãos municipais a todas as áreas urbanas;

f) unificação e disciplina da ação fiscalizadora da prefeitura, anteriormente dispersa nos diversos órgãos municipais. Reagrupamento das funções administrativas em unidades de serviços homogêneas;

g) criação e aperfeiçoamento de órgãos especializados de planejamento, coordenação e controle, utilizando para isso o instrumento do orçamento-programa;

h) criação, em 1953, do Serviço do Plano Diretor na estrutura organizacional da prefeitura com a finalidade de restabelecer a continuidade do planejamento da capital;

i) ênfase no treinamento do servidor municipal em busca da eficiência administrativa. Assim se conseguiria a racionalização das práticas administrativas, o alcance dos princípios de planejamento, coordenação e controle, banindo o marasmo e a estagnação;

j) adoção de nova estrutura administrativa, com descentralização do processo decisório e vigorosa centralização do controle como condições básicas para a dinamização da máquina burocrática;

l) reaparelhamento dos setores da prefeitura, permitindo à máquina administrativa rendimento máximo com melhor estrutura, equilíbrio e entrosamento de seus diversos órgãos.

No que concerne aos instrumentos e processos da gestão municipal e do planejamento urbano da cidade de Belo Horizonte, verificou-se que, apesar dos grandes esforços dos prefeitos, seus chefes de unidades administrativas e dos presidentes ou governadores do estado de Minas Gerais, todos esses atores não conseguiram, até 1960, criar e agilizar instrumentos e medidas necessários para a consolidação de uma política urbana, ainda que já se percebesse, na década de 1950, o início da gestação das políticas públicas municipais e dos instrumentos de planejamento.

Apesar disso, são inegáveis as grandes contribuições técnicas do engenheiro-urbanista Lincoln Continentino, quando escolhido como consultor da prefeitura para a

elaboração do Plano de Urbanismo de Belo Horizonte, durante o governo de José Oswaldo de Araújo (1938-1940). Suas propostas técnicas, por meio de planos e plantas, foram incorporadas pelas administrações posteriores – inclusive pela de Juscelino Kubitschek de Oliveira – a qual deu prosseguimento ao Plano das Grandes Avenidas da capital mineira.

Em 1934, na criação da Comissão Técnica Consultiva da prefeitura, Lincoln Continentino afirmou que todos os problemas de Belo Horizonte não deveriam ser atribuídos à Comissão Construtora, já que, no fio de sua história, não se buscava atuar de forma sistemática e coordenada no exercício das funções municipais. Dito de outra forma, os serviços públicos eram observados, estudados e projetados mais ou menos isoladamente, sem um critério de conjunto, sem levar em consideração as relações íntimas e diretas que realmente existiam entre todas as funções municipais (CONFERÊNCIA, 1935, *apud* FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO, 2001, v.1, p. 122-123).

A criação, em 1951, do Serviço do Plano Diretor na estrutura organizacional da prefeitura tinha um grande propósito de recuperar a continuidade do planejamento urbano estabelecido pela Comissão Construtora da Nova Capital. Além da elaboração dos planos diretores da capital, da vila de Venda Nova e dos povoados na zona rural, seus estudos de construção das grandes avenidas radiais viriam permitir melhor fluidez do tráfego e um crescimento urbano mais compatível com as normas de urbanização.

Outro fato importante ocorrido no processo de organização e implementação dos instrumentos do planejamento urbano de Belo Horizonte, foi a contratação pela prefeitura, em 1958, da Sociedade para Análises Gráficas e Mecanográficas Aplicadas aos Complexos Sociais (Sagmacs) para os estudos da aglomeração metropolitana. Os diagnósticos e as proposições dessa empresa serviram largamente para a elaboração dos planos diretores de Belo Horizonte. Com efeito, para a aglomeração metropolitana, já na administração do prefeito Amintas de Barros (1959-1963), a elaboração do Plano Diretor de Belo Horizonte fora confiada, em 1961, à Sagmacs, que apresentou o objetivo principal desse plano: o bem-estar da população.

Desde 1943, as administrações municipais vinham se preocupando com a organização e a atualização da Planta Cadastral, a planta de conjunto da cidade com as plantas dos quarteirões e a planta do município. Graças a essas plantas, esperava-se organizar o Plano de Urbanização, que visava a controlar o desenvolvimento desordenado da capital, em contraste

chocante com a zona urbana originalmente planejada. A Planta Cadastral serviria para a reorganização dos serviços fazendários da prefeitura. Em 1952, essa prefeitura contava com essa planta cadastral e demais plantas para a elaboração do Plano Diretor da capital. Interessava-se também pela elaboração do Cadastro Urbanístico, considerado indispensável para a elaboração das leis de zoneamento urbano.

Entre todas as administrações municipais, a do prefeito Celso Melo de Azevedo (1955-1959) foi marcada por princípios de gestão democrática e buscava a participação ativa da sociedade civil organizada. Sua administração, com seu Programa Básico, concebido em 1955, se esforçava para a implementação de algumas medidas e propostas: abrir a administração municipal à opinião pública, estabelecendo um processo permanente de participação comunitária como elo de integração do processo de gestão municipal, por meio de corporações legítimas e atuantes da sociedade civil. Visava também a elevar o tônus cívico da população, criando princípios de confiança recíproca em que cidadãos e órgãos administrativos pudessem, juntos, conjugar esforços e equacionar problemas na busca da eficiência administrativa e melhores resultados sociais (BELO HORIZONTE, 1958b, p.14-22).

No que se refere aos mecanismos e aspectos do processo de formação da estrutura urbana da cidade, dois fatores relevantes merecem ser considerados: primeiro, o processo galopante da verticalização do centro urbano, com forte concentração das atividades comerciais e terciárias; segundo, a grande contradição social e urbana encontrada nas zonas urbana e suburbana. Essa última escapou do controle dos atores políticos e autoridades locais em termos de planejamento municipal e tornou-se objeto de grande interesse e proveito da iniciativa privada, ou seja, dos proprietários de terrenos que se empenhavam pela disputa do solo urbano. A zona suburbana obedeceu a uma lógica de crescimento urbano desordenado, pouco planejado, em inobservância às normas do urbanismo, e que acabou por asfixiar urbanisticamente a zona urbana. Esse segundo fator foi a tônica das insatisfações e argumentações de alguns prefeitos e dirigentes municipais no período histórico analisado.

A administração dos prefeitos Juscelino Kubitschek (1940-1945) e Américo Giannetti (1951-1954) apontaram a falta de compatibilização e planejamento das zonas urbana e suburbana. A de Juscelino afirmou que, para a zona suburbana, não houve preocupação em traçar um plano urbanístico que atendessem às mesmas características da zona urbana, delimitada

pela avenida do Contorno. Outra declaração era a de que esse desprezo engendrou o crescimento desordenado em direção aos bairros da zona suburbana, com suas ruas estreitas e sinuosas, de tráfego congestionado. Em menos de dois anos, a prefeitura havia construído avenidas importantes para a solução desse problema e o desenvolvimento da cidade. A administração de Giannetti apontou que o desenvolvimento da capital na zona suburbana, além do perímetro da avenida do Contorno, processou-se desordenadamente sem observância a qualquer regra de urbanismo, obedecendo quase exclusivamente aos interesses comerciais dos proprietários de imóveis. Eles loteavam suas terras visando ao maior número de lotes, sem levar em consideração o conjunto da cidade. Como consequência, a zona urbana, enclausurada, já apresentava graves problemas de tráfego dada a carência de vias de interligação entre as duas zonas urbanas (BELO HORIZONTE, 1942, p. 19-20; 1954, v.1, p. 9).

Houve em todas as administrações municipais o interesse dos prefeitos na solução dos problemas urbanos. Nos mandatos de Cristiano Monteiro Machado, José Soares de Matos, Otacílio Negrão de Lima, José Oswaldo de Araújo, Juscelino Kubitschek, Américo Renê Giannetti, Celso Melo de Azevedo e Amintas de Barros (1959-1963), percebeu-se um avanço nas ações administrativas e de planejamento urbano, apesar de apresentarem um descompasso com o processo acelerado de expansão urbana de Belo Horizonte. Até 1960, porém, mesmo com o empenho dos prefeitos e do estado, notadamente no que se refere às reformas administrativas, não foi possível consolidar uma política urbana capaz de responder suficientemente às necessidades sociais do município. Nas três tentativas de se realizar o planejamento de Belo Horizonte (1895, 1934 e 1961), a prática administrativa da prefeitura, aliada às forças econômicas e políticas que regeram o processo de organização do seu espaço urbano, não permitiram que o planejamento se corporificasse, de fato, em políticas urbanas efetivas. Essa árdua tarefa ficou para as gestões posteriores a 1960. Analisar como isso se evoluiu abre a possibilidade de definir outro objeto de pesquisa, que foge do propósito e espaço deste trabalho.

5 REFERÊNCIAS

a) Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. **Evolução da estrutura administrativa da prefeitura de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2002. 2v.

ARQUIVO PÚBLICO DA CIDADE DE BELO HORIZONTE. Serviço de Pesquisa e Informação. **Levantamento de dados biográficos dos prefeitos de Belo Horizonte: 1897 - 1992**. Belo Horizonte, dez 1995. V. 1.

BELO HORIZONTE. Câmara Municipal. **Anais da Câmara Municipal de Belo Horizonte** Belo Horizonte: Gráfica Santa Terezinha, 1959a. V.3: Setembro-outubro- novembro-dezembro.

BELO HORIZONTE. Câmara Municipal. **Anais da Câmara Municipal de Belo Horizonte**. Belo Horizonte: Papelaria Ribeiro, 1951. v.1: Janeiro-fevereiro-março-abril.

BELO HORIZONTE. Câmara Municipal. **Anais da Câmara Municipal de Belo Horizonte**. **Belo Horizonte: [s.n., 1951]**. V.2: Maio- junho- julho-agosto.

BELO HORIZONTE. Conselho Deliberativo. **Annaes do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte: 1928**. Reunião Ordinária de Março. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1929a. 65 p.

BELO HORIZONTE. Conselho Deliberativo. **Annaes do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte: 1936**. Sessão de instalação reunião extraordinária de agosto e setembro. Reunião ordinária de setembro, outubro e novembro. Belo Horizonte, [s.n]: 1936. 376 p.

BELO HORIZONTE. Conselho Deliberativo. **Annaes do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte**. 1ª Reunião Março 1917. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917a. 83 p.

BELO HORIZONTE. Conselho Deliberativo. **Annaes do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte**. Reunião ordinária de março e extraordinária de abril de 1918. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918a. 60 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1899-1902 (Bernardo Pinto Monteiro). **Mensagem ao Conselho Deliberativo da Cidade de Minas apresentada em 19 de setembro de 1900 pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro**. Cidade de Minas: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1900. 69 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1899-1902 (Bernardo Pinto Monteiro). **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Bernardo Pinto Monteiro em 12 de setembro de 1899 - 31 de agosto de 1902**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1902. 273 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1902-1905 (Francisco Bressane de Azevedo). **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em 16 de setembro de 1903.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1903. 191 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1902-1905 (Francisco Bressane de Azevedo). **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Cidade de Belo Horizonte pelo prefeito Francisco Bressane de Azevedo em setembro de 1905.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1905. 205 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1905-1906 (Antonio Carlos Ribeiro de Andrade). **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo da Cidade de Belo Horizonte pelo prefeito interino Dr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrade, em setembro de 1906.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1906. 41 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1906-1909 (Benjamin Jacob). **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamim Jacob em 16 de setembro de 1908.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1908. 107 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1906-1909 (Benjamin Jacob). **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamim Jacob em 23 de setembro de 1907.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1907. 90 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1906-1909 (Benjamin Franklin Silviano Brandão). **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Benjamim Brandão em janeiro de 1910, sobre assuntos referentes ao ano decorrido de agosto de 1908 a setembro de 1909.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1910a. 63 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1910-1914 (Olinto Deodato dos Reis Meireles). **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo com o projeto de orçamento para 1911, pelo prefeito Dr. Olyntho Meirelles em novembro de 1910.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1910b. 18 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1910-1914 (Olinto Deodato dos Reis Meireles). **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles em 16 de setembro de 1911.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1911. 122 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1910-1914 (Olinto Deodato dos Reis Meireles). **Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Olyntho Deodato dos Reis Meirelles[em] setembro de 1912.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1912. 102 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1914-1918 (Cornélio Vaz de Melo). **Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Cornélio Vaz de Mello em setembro de 1915.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915. 23 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1914-1918 (Cornélio Vaz de Melo). **Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Cornélio Vaz de Mello em setembro de 1916.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. 52 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1914-1918 (Cornélio Vaz de Melo). **Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Cornélio Vaz de Mello em setembro de 1917.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917b. 78 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1918-1922 (Afonso Vaz de Melo). **Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Afonso Vaz de Mello [em outubro de 1918].** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1918b. 53 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1918-1922 (Afonso Vaz de Melo). **Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Afonso Vaz de Mello em setembro de 1919.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1919. 86 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1918-1922 (Afonso Vaz de Melo). **Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Afonso Vaz de Mello em setembro de 1920.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas, 1920. 68 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1918-1922 (Afonso Vaz de Melo). **Relatório apresentado aos membros do Conselho Deliberativo da Capital pelo prefeito Dr. Afonso Vaz de Mello em setembro de 1921.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1921. 79 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1922-1926 (Flávio Fernandes dos Santos). **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos [em setembro de 1922].** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1922. 80 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1922-1926 (Flávio Fernandes dos Santos). **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos em setembro de 1923.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1923. 171 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1922-1926 (Flávio Fernandes dos Santos). **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos em setembro de 1924.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1924. 171 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1922-1926 (Flávio Fernandes dos Santos). **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Flávio Fernandes dos Santos em outubro de 1925.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1925. 172 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1926-1929 (Cristiano Monteiro Machado). **Relatório apresentado ao Conselho Deliberativo pelo prefeito Cristiano Monteiro Machado em outubro de 1926.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1926. 133 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1926-1929 (Cristiano Monteiro Machado). **Mensagem**

apresentada pelo prefeito Christiano Monteiro Machado ao Conselho Deliberativo de Bello Horizonte em 6 de outubro de 1927 e relatórios anexos. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1927. 214 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1926-1929 (Cristiano Monteiro Machado). **Mensagem apresentada pelo prefeito Christiano Monteiro Machado ao Conselho Deliberativo de Bello Horizonte em 10 de outubro de 1929 e relatórios anexos.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1929b. 305 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1926-1929 (Luiz Barbosa Gonçalves Pena). **Relatórios apresentados ao prefeito Luiz Barbosa Gonçalves Penna pelos diretores e chefes de serviço da Prefeitura de Bello Horizonte em outubro de 1930.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1931a. 222 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1929-1930 (Alcides Lins). **Relatório geral dos serviços do novo abastecimento de água de Bello Horizonte apresentado ao prefeito Alcides Lins, pelo engenheiro Octacílio Negrão de Lima, chefe de serviços.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1930. 195p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1930-1932 (Luiz Barbosa Gonçalves Pena). **Relatórios da Diretoria Geral das Obras relativos ao ano de 1931, apresentado ao prefeito Luiz Penna.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1933. 232 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1935-1938 (Otacílio Negrão de Lima). **Relatório apresentado a S. Ex. o Sr. Governador Benedicto Valladares Ribeiro pelo prefeito Octacílio Negrão de Lima e relativo ao período administrativo de 1935 -1936.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1937. 71 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1935-1938 (Otacílio Negrão de Lima). **Relatório de 1937, apresentado a S. Excia. o Sr. Governador Benedicto Valladares Ribeiro pelo prefeito de Bello Horizonte.** Belo Horizonte: Graphica Queiroz Breyner, 1938. 198 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1940-1945 (Juscelino Kubitschek de Oliveira). **Relatório dos exercícios de 1940 e 1941, apresentado ao Exmo. Sr. Dr. Benedicto Valladares Ribeiro, governador do Estado, pelo prefeito Juscelino Kubitschek de Oliveira.** Belo Horizonte, 1942. 142 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1947-1951 (Otacílio Negrão de Lima). **Relatório de 1948 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Octacílio Negrão de Lima.** Belo Horizonte, [1949a]. 153 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1947-1951 (Otacílio Negrão de Lima). **Relatório de 1949 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Octacílio Negrão de Lima.** Belo Horizonte, [1950 ?]. 221 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1951-1954 (Américo Renê Giannetti). **Relatório de 1951, apresentado à Câmara Municipal de Belo Horizonte pelo prefeito Américo Renê Giannetti, em 15 de janeiro de 1952.** Belo Horizonte, [1952 ?]. 165 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1951-1954 (Américo Renê Giannetti). **Relatório de 1952 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Américo Renê Giannetti.** Belo Horizonte, 1953. 252 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1951-1954 (Américo Renê Giannetti). **Relatório de 1953 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Américo Renê Giannetti.** Belo Horizonte, 1954. V.1.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1954-1955 (Sebastião de Brito). **[Relatório apresentado pelo prefeito Sebastião de Brito à Câmara Municipal: 1954].** Belo Horizonte, 1955. V.1. 199 f.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1955-1959 (Celso Mello de Azevedo). **Relatório de 1955 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Celso Mello de Azevedo.** [Belo Horizonte], 1956. 35 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1955-1959 (Celso Mello de Azevedo). **Relatório de 1956 apresentado à Câmara Municipal pelo prefeito Celso de Mello de Azevedo.** [Belo Horizonte], 1958a. 217 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1955-1959 (Celso Mello de Azevedo). **Relatório de 1957 apresentado à Egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Celso Mello de Azevedo.** [Belo Horizonte], 1958b. 217 p.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1955-1959 (Celso Mello de Azevedo). **Relatório de 1958 apresentado à Egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Celso Mello de Azevedo.** Belo Horizonte, 1959b.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1959-1963 (Amintas de Barros). **Relatório de 1959 apresentado à Egrégia Câmara Municipal pelo prefeito Amintas de Barros.** [Belo Horizonte], 1960.

BELO HORIZONTE. Prefeito, 1959-1963 (Amintas de Barros). **Relatório geral 1960 do prefeito Amintas de Barros:** [enviado à Egrégia Câmara Municipal de Belo Horizonte]. [Belo Horizonte], 1961. 132 p.

BELO HORIZONTE. Prefeitura. Decreto no. 86, de 5 de setembro de 1930. In: _____. **Colleção das leis do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte, 1930.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1931b. p. 145-180.

BELO HORIZONTE. Prefeitura. **Decretos municipais de 1935.** Belo Horizonte, 1949b.

BELO HORIZONTE. Prefeitura. Exposição de motivos do decreto no. 86, de 5 de setembro de 1930. In: _____. **Collecção das leis do Conselho Deliberativo de Bello Horizonte, 1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1931c. p. 141-145.

MINAS GERAIS. **Collecção das leis e decretos de 1930**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1930.

MINAS GERAIS. **Collecção das leis e decretos de 1935**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

b) Arquivo Público Mineiro

MINAS GERAIS. Assembléia Legislativa Mineira. 1ª sessão ordinária de 1935. **Mensagem apresentada por Benedicto Valladares Ribeiro, governador do Estado de Minas**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas do Estado de Minas Gerais, 1935. 133 p.

MINAS GERAIS. Governador, 1947-1951 (Milton Soares Campos). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em sua sessão ordinária de 1947, pelo governador Milton Soares Campos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1947. 206 p.

MINAS GERAIS. Governador, 1947-1951 (Milton Soares Campos). **Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa em sua sessão ordinária de 1948, pelo governador Milton Soares Campos**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1948. 352 p.

MINAS GERAIS. Presidente, 1908-1910 (Wenceslau Braz Pereira Gomes). **Mensagem dirigida pelo presidente do Estado, Dr. Wenceslau Braz Pereira Gomes ao Congresso Mineiro em sua 4ª sessão ordinária da 5ª legislatura no ano de 1910**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geraes, 1910. 62 p.

MINAS GERAIS. Presidente, 1910-1914 (Júlio Bueno Brandão). **Mensagem dirigida pelo presidente do Estado, Julio Bueno Brandão, ao Congresso Mineiro em sua 3ª sessão ordinária da 6ª legislatura no ano de 1913**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1913. 116 p.

MINAS GERAIS. Presidente, 1910-1914 (Júlio Bueno Brandão). **Mensagem dirigida pelo presidente do Estado, Julio Bueno Brandão, ao Congresso Mineiro em sua 4ª sessão ordinária da 6ª legislatura no ano de 1914**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1914. 127 p.

MINAS GERAIS. Presidente, 1914-1918 (Delfim Moreira da Costa Ribeiro). **Mensagem dirigida pelo presidente do Estado, Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, ao Congresso Mineiro em sua 1ª sessão ordinária da 7ª Legislatura no ano de 1915**. Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1915. 171 p.

MINAS GERAIS. Presidente, 1914-1918 (Delfim Moreira da Costa Ribeiro). **Mensagem dirigida pelo Presidente do Estado, Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, ao Congresso Mineiro em sua 2ª sessão ordinária da 7ª legislatura no ano de 1916.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1916. 159 p.

MINAS GERAIS. Presidente, 1914-1918 (Delfim Moreira da Costa Ribeiro). **Mensagem dirigida pelo presidente do Estado, Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, ao Congresso Mineiro em sua 3ª sessão ordinária da 7ª legislatura do ano de 1917.** [Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1917]. 126 p.

MINAS GERAIS. Presidente, 1914-1918 (Delfim Moreira da Costa Ribeiro). **Mensagem dirigida pelo presidente do Estado, Dr. Delfim Moreira da Costa Ribeiro, ao Congresso Mineiro, em sua 4ª sessão ordinária da 7ª legislatura no ano de 1918.** [Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1918]. 148 p.

MINAS GERAIS. Presidente, 1926-1930 (Antonio Carlos Ribeiro de Andrada). **Mensagem apresentada pelo presidente do Estado de Minas Geraes ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 2ª sessão ordinária da 10ª Legislatura.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1928. 195 p.

MINAS GERAIS. Presidente, 1926-1930 (Antonio Carlos Ribeiro de Andrada). **Mensagem apresentada pelo presidente do Estado de Minas Geraes ao Congresso Mineiro e lida na abertura da 3ª sessão ordinária da 10ª legislatura.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1929. 236 p.

MINAS GERAIS. Vice-presidente, [1902?] (Joaquim Cândido da Costa Sena). **Mensagem dirigida pelo vice-presidente do Estado, Dr. Joaquim Cândido da Costa Sena, ao Congresso Mineiro em sua quarta sessão ordinária da terceira legislatura no ano de 1902.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial do Estado de Minas Gerais, 1902. 67 p.

c) Fundação João Pinheiro e Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

ANDRADE, Rodrigo; MAGALHÃES, Beatriz de Almeida. A formação da cidade. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Arquitetura da modernidade.** Belo Horizonte: UFMG, 1998. p.37-78.

BARRETO Abílio. **Belo Horizonte:** memória histórica e descritiva. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. V.2:História média

BEHN, Robert D. O novo paradigma da gestão pública e a busca de accountability democrática. **Revista do Serviço Público,** Brasília, ano 49. n. 4, p. 5-45, out./dez. 1998.

BLAY, Jaime. **Modernização administrativa municipal**. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Municipais e Metropolitanos, 1998.

BOSHI, Renato Raul. Governança, participação e eficiência das políticas públicas: exame de experiências municipais do Brasil. In: SEMINÁRIO “A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: POSSIBILIDADES E OBSTÁCULOS”, 1998, Recife. [Anais...]. Reforma do Estado e institucional no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999. p.255-284.(Fundação Joaquim Nabuco. Cursos e conferências, 67).

CAMPOS, Ana Maria. “Accountability”: quando poderemos traduzi-la para português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.24, n. 2, p.30-50, fev./abr. 1990.

CASTELLS, Manuel. A estrutura urbana. In: _____. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a. Cap. 3, p. 145-294.

CASTELLS, Manuel. **Sociologie de l'espace industriel**. Paris: Anthropos, 1975. 219p.

CASTELLS, Manuel. Teses exploratórias sobre a questão urbana. In: _____. **A questão urbana**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983b. Conclusão, p.458-465.

CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Arquitetura da modernidade**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p.19-36.

CUNHA, Saliba. **Logement populaire à Belo Horizonte: une contribution à l'analyse de l'urbanisation dépendante-EHESS**. 1980. Tese (Doutorado) - EHESS École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 1980.

DANTAS J. Rezende. **L'espace intra-urbain de la ville de Belo Horizonte (Brésil): une approche par les rapports de pertinence**. [Paris: s.n.], 1978. 241p.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. **Situação administrativa das prefeituras da RMBH**. Belo Horizonte, 1974.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Desenvolvimento Municipal. **Programas de financiamentos destinados aos municípios**. Belo Horizonte, 1993. 312p

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. **100 anos de modernidade: anuário da arquitetura de Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 2001. v. 1: Políticas públicas.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. **Omnibus: uma história dos transportes coletivos em Belo Horizonte**. Belo Horizonte, 1996.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais **Panorama de Belo Horizonte: atlas histórico**. Belo Horizonte, 1997a.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. Centro de Estudos Históricos e Culturais. **Saneamento básico em Belo Horizonte**: trajetória em 100 anos - os serviços de água e esgoto. Belo Horizonte, 1997b.

GIACOMONI, James. **Planejamento**: o caso do orçamento participativo de Porto Alegre. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 47-59, abr./jun. 1994.

GRAU, Núria Cunill. A articulação das relações Estado-sociedade: em busca de novos significados. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 47, v.120, n.1, p.113-140, jan./abr. 1996.

HAI, Jawdat Abu - El. O debate em torno do capital social: uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Informações Bibliográficas**, Rio de Janeiro, n.47, p.65-79, 1.sem. 1999.

KAMEL, Roberto. **Politique urbaine et mise en place d'un système intermodal de transport sur l'axe est/ouest de la ville de Belo Horizonte (Brésil)**.1984. 278f. Tese (Doutorado) - Université de Paris Val de Marne. Paris, 1984.

LE LOUP, Yves. **Les villes du Minas Gerais**. Paris: [s.n.], 1970.297p.

LEMOS, Celina Borges. A cidade republicana Belo Horizonte, 1897-1930. In: CASTRIOTA, Leonardo Barci (Org.). **Arquitetura da modernidade**. Belo Horizonte: UFMG, 1998. p.79-120.

LEMOS, Celina Borges. **Determinações de espaço urbano**: a evolução econômica, urbanística e simbólica do centro de Belo Horizonte. 1988. 2v. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1988.

MELO, Marcus André. Governança e reforma do Estado: o paradigma agente x principal. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 47, v.120, n.1, p.67-82, jan./abr. 1996.

MERLIM, Pierre. **Les transports parisiens**. Paris: Masson et Cie, 1967. 495p.

OZÓRIO, Paulo. **La création de Belo Horizonte**: jeu et enjeu politiques. 1981. 271f. Tese (Doutorado) - Université des Sciences Sociales de Grenoble - UER - Urbanisation Aménagement, Grenoble, 1981.

PACHECO, Regina Silva. Reformando a administração pública no Brasil: eficiência e accountability democrática. In: SEMINÁRIO "A REFORMA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: POSSIBILIDADES E OBSTÁCULOS", 1998, Recife. [Anais...]. Reforma do Estado e institucional no Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 1999. p. 223-237. (Fundação Joaquim Nabuco. Cursos e conferências, 67).

PENNA, Octávio. **Notas cronológicas de Belo Horizonte**: 1711-1930. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1997.

PEREIRA, Luis Carlos Bresser. Da administração pública burocrática à gerência. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 47, v.120, p. 7-39, jan./abr. 1996.

PLAMBEL. A estrutura atual. In: _____. **A estrutura urbana da RMBH**. Belo Horizonte, 1986.V. 2.

PLAMBEL. Estrutura econômica. In: _____. **O desenvolvimento econômico e social da RMBH**. Belo Horizonte, 1974. V.2.

PLAMBEL. **O processo de desenvolvimento de Belo Horizonte: 1897-1970**. [Belo Horizonte], 1979.

PLAMBEL. O processo de formação de espaço urbano da RMBH: 1897-1985. In: _____. **A estrutura urbana da RMBH**. Belo Horizonte, 1986.V. 1.

PRZEWORSKI, Adam. Reforma do Estado, responsabilidade política e intervenção econômica. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, ano 11, n. 32, p.18-40, out.1996.

PUTMAN, Robert D. ; LEONARDI, Robert; NANETTI, Raffaella Y. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

SFEZ, Lucien.**Critique de la décision**. Paris: Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1976. 391p

SINGER, Paul. **Economia política da urbanização**. São Paulo: Brasiliense,1975. 152p.

TOHÁ, Carolina; SOLARI, Ricardo. A modernização do Estado e a gerência pública. **Revista do Serviço Público**, Brasília, ano 48, n.3, p.85-101, set./dez. 1997.